

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS VII – CODÓ/MA
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA

HAMILTON FERREIRA DE SOUSA NETO

Orientador prof. Dr. Dilmar Kistemacher

Codó, 2018

HAMILTON FERREIRA DE SOUSA NETO

**JUVENTUDE NEGRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A
POLÍTICA DE COTAS NA UFMA CAMPUS VII/CODÓ**

**Monografia apresentada para fins de
conclusão do curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências
Humanas/História, da Universidade Federal
do Maranhão, Campus VII - Codó/MA.**

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

Codó, 2018

Hamilton Ferreira de Sousa Neto

**JUVENTUDE NEGRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO SOBRE A
POLÍTICA DE COTAS NA UFMA CAMPUS VII/CODÓ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus VII Codó, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/ História

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dilmar Kistemarcher – UFMA – CODÓ
Orientador

Prof. Dra Jascira da Silva Lima
Avaliadora LCH/História UFMA Codó

Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes
Avaliador LCH/História UFMA Codó

Ferreira de Sousa Neto, Hamilton. JUVENTUDE NEGRA E POLÍTICAS PÚBLICAS: : UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COTAS NA UFMA CAMPUS VII/CODÓ / Hamilton Ferreira de Sousa Neto. - 2018. 67 f.

Orientador(a): Dilmar Kistemacher. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Ações afirmativas. 2. Juventude negra. 3. Juventudes. 4. Política de cotas. 5. Política Públicas. I. Kistemacher, Dilmar. II. Título.

RESUMO

Neste trabalho estudamos sobre juventudes, na perspectiva de respeitar a pluralidade no entendimento acerca deste termo e, levando em conta as especificidades que atingem a grupos jovens específicos. Nesta direção tomamos como sujeitos de pesquisa a juventude negra, grupo atravessado por vários aspectos sociais negativos, como resultado de discriminações e exclusão. Discutimos a relação das políticas públicas no campo educacional voltadas para esta população. Assim, no decorrer deste trabalho realizamos uma retrospectiva histórica sobre as definições das idades da vida, com foco na juventude e sobre seus indicadores sociais, sempre evidenciando os sujeitos em questão – juventude negra-. As reflexões obtidas por meio deste estudo levam em consideração as conjunturas históricas, econômicas e culturais destes sujeitos assim para as reflexões, foram consideradas as percepções de jovens que estão inseridos de forma direta ou indireta dentro do espaço sobre os esforços que a política de cotas tem representado para inserir as populações negras no ensino superior. Neste sentido, podemos refletir como o espaço universitário codoense é percebido pelos jovens cotistas ou não cotistas a partir de suas respostas nos questionários aplicados durante o processo de coleta de dados para elaboração deste estudo. Por fim, concluímos como apesar, dos argumentos positivos aferidos nos questionários em relação a esta política, poucos foram os jovens entrevistados que optaram pela política de cotas como via de ingresso na UFMA/Codó, sendo a grande maioria auto-declarada como pretos e pardos.

Palavras – Chave: Juventudes, Políticas Públicas, UFMA/Codó, Política de cotas, Juventude negra.

ABSTRACT

In this work we study about youths, respecting the plurality in the understanding about this term, taking into account the specificities that reach specific youth groups. In this direction the black youth are our research subjects, a group crossed by several negative social aspects, as a result of discrimination and exclusion. He discussed the relationship of public policies in the educational field aimed at this population. Thus, in the course of this work we make a historical retrospective about the definitions of the ages of life, focusing on youth and their social indicators, always showing the subjects in question - black youth. The reflections obtained through this study take into account the historical, economic and cultural conjunctures of these subjects so for the reflections, we considered the perceptions of young people who are inserted directly or indirectly within the space on the efforts that the quota policy has represented to insert the black populations in higher education. In this direction, we can reflect how the Codo's university space is perceived by the young quotaters or non-quotaters from their answers in the questionnaires applied during the data collection process for the elaboration of this study. Finally, we concluded how, despite of the positive arguments in the questionnaires in relation to this policy, few were interviewed youth who opted for the quota policy as a way of joining UFMA / Codó, the majority being self-declared as black and half-blood

Key words: Youth, Public Policy, Affirmative Action, Quota Policy, Black Youth.

Epígrafe

Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Odara, Odara, ei!
Experimenta nascer preto e pobre na comunidade
Você vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu ra-cis-mo!
Existe muita coisa que não te disseram na escola!
Cota não é esmola! [...]
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor!
Chega junto, venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio revolucionar
Cota não é esmola!

Bia Ferreira – Cota não é esmola!

sumário

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL.....	16
2.1	BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2	BRASIL E DESIGUALDADES ÉTNICAS.....	19
2.3	RELAÇÕES DE RAÇA E PODER: PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO.....	23
2.4	RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO: IGUALDADE E EQUIDADE.....	26
3	JUVENTUDES E NEGRITUDE.....	35
3.1	JUVENTUDES BRASILEIRAS E POLÍTICAS.....	35
3.2	JOVENS BRASILEIROS E INDICADORES EDUCACIONAIS.....	37
3.3	JOVENS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	38
3.4	JUVENTUDE NEGRA E REPRESENTATIVIDADE.....	39
3.5	POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO.....	41
3.6	O REUNI.....	44
3.7	O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS.....	45
4	POLÍTICA DE COTAS E JUVENTUDE CODOENSE.....	46
4.1	CODÓ: ASPECTOS E RELAÇÕES.....	46
4.2	UFMA CAMPUS DE CODÓ E JUVENTUDE NEGRA.....	46
4.3	UFMA – CAMPUS VII/ CODÓ.....	47
4.4	A EXPERIENCIA DAS COTAS.....	48
4.5	CODÓ E O INGRESSO DE JOVENS NEGROS NA UFMA/CODÓ.....	51
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
	APÊNDICE.....	65

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda questões relacionadas à juventude, termo que vêm sido discutido há muito tempo. Neste contexto, discutiremos acerca das políticas públicas para a juventude, para podermos estabelecer uma relação, é necessário que façamos uma retrospectiva histórica sobre as definições das idades da vida. As reflexões aqui contidas baseiam-se em estudos que contribuíram para reforçar nosso entendimento de que, apesar da juventude ser considerada uma etapa biológica da vida, ela possui características culturais próprias e, portanto, precisa ser avaliada e interpretada sociologicamente¹, tomando em consideração as conjunturas históricas, econômicas e culturais.

Segundo Machado (2011) algumas reflexões sobre *Juventude*, indicam que o processo de transição da geração jovem para a vida adulta é totalmente marcado por rupturas culturais. Mas, em contraponto, outras destas reflexões, afirmam que o ingresso dos jovens na idade adulta acontece mediante a preservação e a manutenção de valores que garantem a continuidade cultural entre as gerações.

Ao pensarmos sobre políticas públicas e ações afirmativas, no Brasil, Kistemacher (2017), afirma que, a elaboração destas tem passado progressivamente a contemplar segmentos da sociedade que se encontravam à margem das ações do Estado, como a juventude. Neste sentido, é que tomamos a análise de políticas voltadas à juventude, que tem por objetivo básico o estabelecimento de ações e de programas com vistas à elevação do nível de escolaridade e de qualificação dos jovens para o ingresso no mundo do trabalho, sobretudo em relação à juventude negra, que faz parte de um grupo atravessado por vários demarcadores sociais, como veremos mais a frente².

¹MACHADO, Vitor. O conceito de juventude: Uma abordagem cultural dessa fase da vida. *Dilemas e contestações das juventudes: No Brasil e no mundo*, 2011, 31-74.

Para Machado (2011) é necessário entender que estes sujeitos compõem uma geração de indivíduos, que apresentam características e ações semelhantes, gestadas a partir de aspectos culturais, que os diferencia de outros grupos sociais. Então assim, é que podemos dizer que o jovem negro apresenta um perfil diferenciado em relação aos demais jovens. Segundo Bento e Beghin (2005):

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar (BENTO; BEGHIN, 2005, p194).

Atravessados pelo preconceito, e consequentemente por outros demarcadores sociais como a vulnerabilidade e a violência, entre outros aspectos, este grupo, necessita de políticas específicas frente aos problemas que enfrentam no seu cotidiano.

Este estudo situa-se no âmbito das políticas públicas para a juventude, em especial a educacional, ou ainda, a política de acesso de jovens negros ao ensino superior. Tivemos por objetivo, entender como o processo de entrada na universidade -via política de cotas - vêm sendo percebido por jovens universitários.

Nos dias atuais vivemos uma nova conjuntura devido à articulação do movimento negro que tem batalhado por uma série de reivindicações e que vêm trazendo conquistas para a população negra brasileira, que historicamente teve e tem seus direitos negados³. A discriminação racial passou a ser contestada e questionada, rompendo com o mito da democracia racial. Nesta perspectiva, de questionamentos e reivindicações das populações negras vão sendo construídas, sob muitas resistências, políticas públicas que visam principalmente o combate às desigualdades étnicas, entre outras. Desta forma, interessa-nos aqui, refletir sobre as políticas públicas referentes às relações étnico raciais em direção à inserção de jovens negros nas Universidades.

Esta pesquisa voltou-se ao estudo dos temas das Políticas Públicas e Juventude, respectivamente, política de cotas de acesso ao Ensino Superior e juventude negra codoense. E, ainda, voltamo-nos para compreender as reflexões destes jovens, como beneficiários ou

2KISTEMACHER, Dilmar. Políticas Educacionais E Juventude: Um Estudo Sobre Experiências Juvenis. **Pesquisa Em Foco**, v. 21, n. 2, 2017.

3GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

não da política de cotas e, de como estes percebem-se frente a esses processos, a partir de suas vivências e experiências na vida universitária.

A temática foi escolhida a partir das experiências adquiridas ao decorrer da minha graduação. Como discente, tive o privilégio de participar do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, no *Projeto PIBID Interdisciplinar*, intitulado “*Da Universidade às escolas do campo e quilombos: concepções teóricas e metodológicas sobre saberes tradicionais, gênero e diversidade na formação de professores em Codó – MA*”⁴, o qual teve por objetivo levar a discussão sobre temas transversais como gênero, diversidade e relações étnicas para sala de aula, especificamente em escolas que atendiam a alunos pertencentes a comunidades rurais e remanescentes de quilombos do município de Codó-MA.

Tratar de questões que abordam o cotidiano desses alunos e que os insiram no conteúdo programático escolar vai além da representatividade em sala de aula, pois é através da discussão dos temas transversais, onde a escola exerce papel fundamental na construção política e social dos indivíduos que ali se inserem. Desta forma, o meu contato com alunos de comunidades remanescentes de quilombos foi de suma importância, para despertar o interesse pelos estudos referentes à juventude negra, de um município cuja a população é majoritariamente negra.

No decorrer deste trabalho, buscou-se discutir as políticas públicas e ações afirmativas para promoção da igualdade racial no Brasil, propor questões sobre as desigualdades do país, as relações entre raça e poder – e por consequência o pensamento racial brasileiro – e a busca por igualdade e equidade por parte de grupos subalternizados, como os negros. Estabelecemos, também, reflexões sobre as relações entre juventude, negritude, relacionando estas perspectivas à esfera educacional e o acesso destes jovens ao ensino superior. E, por fim, analisamos a juventude codoense e a política de cotas, buscando compreender de que forma os discentes da UFMA/Codó percebem as cotas raciais, e quais suas reflexões sobre estas.

Para o desenvolvimento deste estudo, optamos pela pesquisa qualitativa e a coleta de dados optamos pela aplicação de questionário semi-estruturado com discentes, regularmente matriculados na instituição, dos cursos ofertados pela UFMA/Codó, a saber, Curso de Ciências Humanas/História, Curso de Ciências Naturais/ Biologia e do Curso de Pedagogia.

4 O PIBID Interdisciplinar foi realizado pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA Campus VII/Codó, no período de 2014 à 2016, sendo coordenado pelas professoras Clara Virgínia Vieira Carvalho Oliveira Marques e Ilka Cristina Diniz Pereira.

Segundo Alves e Silva (1992) a análise qualitativa de dados, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiano dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa. André (1983) apud Alves e Silva (1992), afirma que este método visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, busca ainda captar os diferentes significados e percepções de uma experiência vivida, que auxilia a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Visando alcançar os objetivos deste trabalho, é que se adotou esta metodologia, na medida em que a “fala” dos sujeitos participantes pudessem ser levadas em consideração para a análise. Ou seja, “no intuito de realizar uma análise qualitativa seria fundamental verificar como deveria ocorrer a coleta de dados, mais especificamente, que formato de entrevista seria o mais pertinente” (ALVES; SILVA, 1992, p 61-62). Assim, é que os questionários, definidos como semi-estruturados por Cannel e Kahn, que pedem uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os sujeitos que participantes (Alves e Silva, 1992 p 62).

A investigação no campo das Ciências Humanas passou por grandes transformações ao longo de sua história. No século XIX dois modelos influenciaram o campo da pesquisa na área das Ciências Sociais, a saber, o paradigma quantitativo-realista e qualitativo-idealista. O modelo quantitativo-realista indagava se a vida social humana podia ser investigada com os métodos das ciências físicas. Desenvolveram-se duas posições distintas. A primeira, empirista, que postulava a legitimidade do uso do mesmo método em todas as ciências; a segunda, filosófica, via a peculiaridade das Ciências Sociais e Humanas, e que precisava de um método científico específico. Sobre as pesquisas das ciências humanas, Stephen Ball afirma que,

[...] O desenvolvimento epistemológico nas ciências humanas, como a educação, funciona politicamente e é intimamente imbricado no gerenciamento prático dos problemas sociais e políticos. O vocabulário específico deve distanciar os pesquisadores de sua atividade, mas, simultaneamente, também constrói um olhar “fixo” que torna a “paisagem social” sempre mais visível. A idéia de que as ciências humanas, como os estudos educacionais, permaneçam fora ou acima da agenda política de gerenciamento da população ou, de algum modo, também tenham status neutro incorporado a um racionalismo progressivo flutuante é pensamento débil e perigoso (BALL, 2011, p. 33-34).

As construções teóricas e metodológicas nas pesquisas sociais, são amplas e não são consensuais. Contudo, as diferentes perspectivas teórico-metodológicas concordam que os

fenômenos sociais não possuem regularidade. Assim, os pesquisadores das Ciências Sociais e Humanas, que desenvolvem pesquisas qualitativas, postulam a construção de um arcabouço teórico e metodológico próprios para compreender a complexidade dos fenômenos sociais.

Os estudos das políticas públicas, na área da Educação ou noutra, historicamente foram influenciadas pela tradição científica ideal-positivista, que estava assentada no modelo das ciências naturais. José Camilo Santos Filho e Sílvio Sanches Gamboa, afirmam que na perspectiva positivista os objetos sociais, assim como os físicos, possuem uma existência que independe do observador e do interesse deste (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2007). Esta perspectiva não pode ser sustentada na pesquisa social atual porque as experiências sociais são dinâmicas e as questões de pesquisas estão relacionadas às conjunturas em que são desenvolvidas as pesquisas.

Analizando a pesquisa qualitativa, Maria Cecília de Souza Minayo afirma que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1993, p. 21).

A pesquisa qualitativa admite examinar a complexidade social, cultural, econômica e política e, ainda, as especificidades de uma política ou programa numa conjuntura social. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, reconhecemos que o pesquisador assume-se como sujeito ativo na construção cultural sobre o objeto de conhecimento. Esta consideração, no entanto, não remete a falta de rigor epistemológico e metodológico, premissas que um trabalho acadêmico exige.

Para a construção do corpus de pesquisa tomamos posse dos documentos legais e a aplicação do questionário semiestruturado e, para o tratamento e interpretação dos dados apurados optamos pela Análise de Conteúdo. Ao referir à Análise de Conteúdo, Laurence Bardin afirma que, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (BARDIN, 1977, p. 14)

Compreender os sentidos além dos discursos implica em analisar os textos no seu contexto, ou seja, optamos por compreender o conteúdo das respostas por meio de indicadores (quantitativos ou não) e, ainda, inferir sobre o não dito (BARDIN, 1977, p. 43).

O conteúdo das mensagens é passível de diversas interpretações. O analista deve partir da mensagem e não falar por meio dela, ou seja, com base no conteúdo inicia-se o processo de análise. E, ainda, apreciar o conteúdo ‘oculto’ das mensagens e de suas entrelinhas, dito de outra forma, analisar o texto além do que pode ser identificado, quantificado e classificado à primeira vista. Maria Laura P. Barbosa Franco, referindo-se ao método, afirma que “esse procedimento tende a valorizar o material a ser analisado, especialmente se a interpretação do conteúdo ‘latente’ estipular, como parâmetros, os contextos sociais e históricos nos quais foram produzidos” (FRANCO, 2007, p. 28).

Assim, para a coleta dos dados, foi elaborado e um questionário com oito perguntas discursivas, com temas relacionados à discussão proposta por este estudo, tais como: a relação entre educação e ascensão social, democratização do ensino superior, falta de acesso da juventude ao ensino superior, políticas públicas e ações afirmativas para o ingresso de jovens negros no ensino superior, racismo, oportunidades sociais e as relações de juventude, educação e raça/etnia

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Neste capítulo tratamos das políticas públicas sociais e das ações do Estado que se voltam - via programas e ações – para o equacionamento de problemas que atravessam o país.

2.1 BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Souza (2006) entender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento é imprescindível para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas. Neste sentido, a autora afirma que:

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição européia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p.22).

Em relação à definição do termo políticas públicas, Souza (2006) conceitua política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Souza (2006) afirma, ainda, que a elaboração de políticas públicas constitui-se no exercício dos governos democráticos que explanam seus propósitos e plataformas eleitorais por meio de ações ou programas que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. Quando postas em ação, são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

As políticas públicas no Brasil têm um histórico atribuído, em parte, ao combate à pobreza e às desigualdades. A adoção de um programa que contemplasse a população brasileira em relação ao combate das condições sociais desiguais, é notado principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, como veremos a seguir.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003) ao propor uma nova visão do desenvolvimento econômico e social, rompe com o estatismo antigo e atribuiu certa ênfase à abertura econômica, via programas de privatizações. O programa econômico, composto de muitos elementos, foi acompanhado de um programa social, este último de ajuda aos mais pobres, através da concessão de uma bolsa de estudo – pelo o qual os pais recebiam ajuda financeira e em contrapartida deveriam garantir a frequência dos filhos na escola, sendo bem-sucedido em seus aspectos essenciais.⁵

O presidente Lula (2003 a 2011) manteve em linhas gerais o rumo traçado por Fernando Henrique Cardoso, porém acrescentando elementos importantes, ao reforçar o programa social anteriormente lançado, atribuindo-lhe maior quantidade de recursos e diversificando suas vertentes sociais, ou seja:

- Reforço da ajuda às famílias para escolarização das crianças;
- Desenvolvimento da eletrificação rural;
- Sustento da habitação social mediante auxílio direto aos mal-abrigados.

Como o desenvolvimento de uma política de relançamento anticíclica, no momento em que a conjuntura internacional reduziu as exportações, favoreceu-se direta e indiretamente o combate à pobreza.⁶

Além destas ações, o combate às desigualdades raciais no Brasil foi inserido na agenda do Estado durante o governo Lula, mantendo articulações com os movimentos negros que foram de suma importância para este avanço, como veremos a seguir.

Quando tratamos do tema acesso à educação superior e reserva de vagas nas instituições públicas de ensino, travamos uma calorosa discussão e várias são as posições pró ou contra as políticas de *Ações Afirmativas*⁷, tanto de posições pessoais quanto acadêmicas. Um longo caminho foi percorrido para que ações afirmativas fossem implementadas em nosso país.

⁵ BENACHENHOU, Abdellatif. **Países emergentes**; tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: FUNAG, 2013. P. 91.

⁶ *ibid.*, p. 91

⁷ Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. Disponível em: <<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas>> Acesso em: 01. jun. 2018.

No decorrer dessa luta – de inserir as populações étnicas marginalizadas e até mesmo excluídas como protagonistas do processo de construção histórico/social do país – passaram a contar com a intervenção do Estado, via políticas para o combate de desigualdades. Avanços têm sido notados, devido, em grande parte, à ação de instituições que começaram a questionar e a reivindicar as suas participações política e social, como por exemplo, a articulação do movimento negro, ao conseguir pautar as necessidades históricas relacionadas às diferenças vivenciadas pelos grupos étnicos neste país, sobretudo, a população negra⁸.

A centralização do poder político no Brasil, sempre esteve ligado às populações brancas. No entanto, perpetuou-se a idéia de que as três raças fundadoras deste país – branca, indígena e negra – convivessem de forma igualitária, o que foi chamado de mito da *democracia racial*⁹. Em sua análise sobre o mito da democracia racial, Domingues afirma que:

Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para igualdade racial, e, em certa medida de um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação” (DOMINGUES, 2005, p.116).

Neste sentido, faz-se necessário discutirmos sobre o que a inferiorização e a submissão das populações negras, tem representado historicamente para a população brasileira, sobretudo para os sujeitos mais afetados pelas formas desiguais que a sociedade impõe a determinados grupos. A exemplo disto, tomamos a escravidão, que durou quase quatro séculos, como um sistema que produziu feridas, como o racismo, que por muito tempo foi negado pelo Estado, mas que sempre esteve presente nas relações econômicas, sociais e culturais, na medida em que a abolição da escravatura fosse decretada, mas negou-se políticas para a inserção deste povo na sociedade para além da condição de ex-escravos¹⁰.

Procuramos aqui, refletir sobre a perspectiva com a qual a população negra tem sido concebida em determinados espaços, como pelas universidades, sobretudo, a juventude negra, a qual acumula características específicas em relação às demais etnias e demais jovens, tais

⁸ GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

⁹ Uma parcela expressiva da sociedade brasileira compartilha a crença de ter construído uma nação não caracterizada por conflitos raciais abertos. (BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.).

¹⁰ GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

como: vulnerabilidade à violência, a baixa taxa de escolaridade e, por estarem representados nas estatísticas, como os jovens que não estudam e nem trabalham¹¹.

Nesta direção é que as ações afirmativas são pensadas, essas medidas provisórias, que surgem nesse contexto, mas com um caráter reparatório e de transição, no combate às desigualdades e na busca de inserir determinados grupos em espaços que antes a eles eram negligenciados.

2.2 BRASIL E DESIGUALDADES ÉTNICAS

Na contemporaneidade frente a todas as desigualdades socioeconômicas e socioculturais presentes no Brasil – principalmente referentes às relações étnicas – faz-se necessário pôr em discussão o combate às diferenças sociais, econômicas e entre outras, seja no âmbito da produção acadêmica, seja no campo político. Isso tem sido notado nos últimos dez anos, em especial pela frequência com qual estes temas vêm sendo discutidos, isso implica dizer que tanto as produções acadêmicas, quanto fora da academia têm estado presentes no nosso cotidiano. Vários têm sido os encontros e congressos para discutir sobre a temática de relações étnicas no Brasil, dentre outros, destacamos o COPENE – Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros(as), o CNEPRE – Congresso Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

As discussões sobre o racismo na sociedade brasileira, os debates realizados por estes grupos, os desafios enfrentados para que a igualdade racial seja promovida, têm sido refletidas principalmente através da implantação e da criação de políticas públicas, responsáveis pelo combate às desigualdades, sejam elas étnicas, de gênero, de religião, etc. que tem colaborado para ampliação do Estado Democrático de Direito¹².

Historicamente no Brasil o negro sempre esteve em posição inferior, sendo subalternizado e silenciado. Hoje em dia esta realidade vem sendo alterada, principalmente

¹¹SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. Juventude negra e educação superior. **Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**, 2009.

¹²O *Estado democrático de direito* é um conceito que designa qualquer Estado que se aplica a garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas garantias fundamentais, através do estabelecimento de uma proteção jurídica. Disponível em <http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10143> Acesso em 16, jun. 2018.

pela atuação do Movimento Negro, com ações afirmativas e, também, políticas de promoção da igualdade racial, frutos de uma dura resistência e de lutas pela garantia de direitos. Flávio Rodrigues da Silva e Jean Tible discutem o papel do Movimento Negro para estruturação das políticas para a igualdade racial junto ao Governo Federal, especificamente, do governo Lula. Em seus estudos sobre o movimento negro e Silva afirma que,

O movimento negro em sua prática e construção de conhecimento cria seus próprios conceitos e estratégias, mas também pauta-se pelos instrumentos legais normativos, literários e teóricos. A DDPA foi apontada como um potente instrumento que direciona a política de igualdade racial em âmbito nacional e internacional (SILVA. et al. 2012).

Seguindo parâmetros mundiais o movimento negro brasileiro tem ampliado a sua organização. Nesta direção, Gomes (2010), afirma que relegados ao descaso e à exclusão, mesmo pós-abolição da escravidão, havia um imenso abismo entre negros e as demais etnias no Brasil. As formas de repressão à cultura africana e afrobrasileira foram as mais diversas, desde a invasão a terreiros e prisão dos que praticavam religiões de matriz africana, até a proibição da capoeira.

Quando falamos do Movimento Negro é importante compreender como ele vai conquistando espaço no contexto de afirmação da políticas internacionais, especialmente pela realização de conferências promovidas pela UNESCO, nas quais foram produzidos documentos que orientaram as políticas nacionais. Destacamos, assim, entre outros documentos, a Declaração Universal dos *Direitos Humanos* (1948), a Convenção 111 sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (1958) e a Conferencia Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas, conhecida como Conferencia de Durban (DDPA, 2002).

A população negra tratada como minoria e excluída do exercício da cidadania teve como resultado um cenário marcado por injustiças sociais e que se perpetuam nos dias atuais. Ainda segundo Silva e Tible:

[...] a visão do Censo de 2010 demonstra que os negros são mais de 50% da população, dado defendido pelo movimento negro há anos. Porém em qualquer um dos indicadores (saúde, educação, emprego, acesso à informação, entre outros), encontram - se em condições desfavoráveis em proporção quase 50% superior aos brancos, fato que revela marcas profundas de desigualdade. As mulheres negras destacam-se como os segmentos mais vulneráveis da sociedade (SILVA. et al. 2012).

Desta forma, fica evidente como a exclusão destes indivíduos se torna massiva e real, mesmo mais de um século após a abolição da escravatura. É notório, ainda, o quão vagaroso têm sido a ação do Estado para reverter este quadro. Cabe, aqui, registrar que a participação da população negra, principalmente em órgãos do Estado tem sido mínima, assim como o número de jovens negros com acesso à educação e/ou permanência nos diversos níveis de ensino. Tal situação evidencia um abismo entre os negros e demais grupos étnicos no Brasil.

A resistência de diversas formas sempre existiu. Das formas de resistir, das quais temos conhecimento, lembramos, entre outras, daqueles que se atiravam ao mar, dos que fugiam para quilombos, dos que participaram de revoltas, até o movimento negro atual. Todas estas formas de (re)existir, demonstram que o povo negro nunca foi conformado com a situação à qual foram submetidos. Há conquistas para a população negra e, em grande parte, deve-se a articulação política e cultural do movimento negro. Cabe, registrar, que ao usarmos o termo Movimento Negro, não desconsideramos as diversas organizações sociais, políticas e culturais e que apresentam diferenças quanto à forma e ao conteúdo de suas reivindicações e ações. Contudo, a fins deste trabalho, optamos por usar o termo no singular para expressar o reconhecimento político dos movimentos negros na luta contra as desigualdades étnicos/racial.

É somente a partir do início do século XX, que temas condizentes as relações étnicas surgem no Brasil, discussões que se estendem até os dias atuais, passando por autores clássicos como Gilberto Freyre¹³ até pesquisadores contemporâneos como Nilma Lino Gomes¹⁴, entre outros.

¹³É na obra seminal *Casa-grande & senzala* (CGS) de Gilberto Freyre que largamente a literatura identifica a sistematização da idéia de uma democracia racial e a defesa da natureza diferencial da escravidão brasileira, embora o autor jamais tenha formulado o conceito ou usado a expressão no livro. Nesse contexto, Freyre, ao mesmo tempo em que teria se distanciado do racismo prevalecente nas ciências sociais do início do século XX e admitido de influência de diversas culturas para a formação de um caráter nacional, teria criado também uma imagem idílica do Brasil colonial. (SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura.2015)

¹⁴Nilma Lino Gomes é graduada em Pedagogia e mestra em Educação pela UFMGe doutora em Antropologia Social pela USP. Professora da Faculdade de Educação da UFMG e integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN. Sua atuação nas áreas de Educação e Antropologia Urbana propiciou a realização de pesquisas de relevo em tópicos como organização escolar, formação de professores para a diversidade étnico-racial, movimentos sociais e educação, relações raciais, diversidade cultural e gênero.

Desde o período da escravidão até os dias atuais, uma luta diária é travada pela busca de respeito e de reconhecimento dos negros, na premissa de preservar sua cultura, sua religião e seus direitos. Historicamente foi criada uma identidade de luta e de resistência, atribuída a estes sujeitos, sobretudo daqueles que pertencem aos grupos populacionais inseridos no que conhecemos como Comunidades Quilombolas ou Comunidades Remanescentes de Quilombos. A luta pela garantia dos seus direitos, como educação e posse legal de terras, entre outros embates são pautas atuais do movimento negro, que tem um sentido principalmente político, mas também identitário (SILVA; TIBLE, 2012).

Ao longo da história do Brasil, a representação da população negra foi de subalternidade, contribuindo assim para “perpetuar” um pessimismo relacionado a ela. Até os dias atuais, essa má visão do povo negro, como sinônimo de atraso ainda é perpetuada, como várias expressões utilizadas usualmente confirmam, por exemplo, a cor, entre os lápis de cores escolares, comumente chamada de “cor de pele” ser atribuída ao lápis com tom beje, ou um tom rosado mais claro, ou até mesmo o termo *moreno/a* para se referir a pessoas negras, achando que chamar alguém de negro é ofensivo, entre outros termos como as expressões: *não sou tuas negas*, *denegrir*, *magia negra*, *mercado negro* e muitos outros termos que geram estereótipos.

Observamos, ainda, na contemporaneidade, problemas referentes à reinserção dos negros pós-abolição, a discriminação, o preconceito, representações políticas pouco condizentes com o número que estes ocupam na sociedade, a inclusão de alunos negros nas universidades ou em cargos de grande reconhecimento, entre outros problemas, que são a mostra que a *democracia racial*, pregada por tanto tempo, não passa de um mito.

Na perspectiva de exclusão e marginalização das populações negras, o Movimento Negro tornou-se um agente social de suma importância para transformação dessa realidade, que aos poucos vêm sendo alterada. Neste sentido, Silva e Tible afirmam que,

[...] Sensibilizar o Estado para investir na promoção econômica, social, política, cultural, educacional a partir da compreensão de superação dos efeitos da desigualdade racial exigirá um posicionamento da população negra orientada pelo movimento negro e demais setores políticos aliados a essa causa (SILVA; TIBLE, 2012, 107).

A articulação e a presença de representantes do movimento negro na esfera política têm evidenciado a importância destes para o combate às desigualdades. Articular-se politicamente através destas organizações têm sido uma forma de buscar resolver os

problemas que atingem a população negra. Assim, podemos afirmar que sempre marcados por um intenso processo de luta e de resistência, os negros no Brasil obtiveram algumas conquistas para além da abolição da escravatura. Pensando numa sociedade igualitária, temos atualmente políticas públicas de igualdade racial e algumas leis, instauradas, sobretudo no campo da educação, objeto de interesse deste trabalho.

2.3 RELAÇÕES DE RAÇA E PODER: PENSAMENTO RACIAL BRASILEIRO

O Brasil possui características próprias como uma industrialização tardia, ser economicamente subdesenvolvido, num dado momento histórico e, posteriormente, designado como país emergente¹⁵ e ser o país a abolir o sistema escravista mais tardiamente. O país acumula desigualdades, em vários aspectos, sejam eles econômicos, sociais, culturais, étnicas e etc. Evidenciamos neste trabalho, as diferenças referentes às relações étnicas, na qual a participação da população negra como protagonista, quase sempre é tida como subalterna, devido a fatores históricos de exclusão e marginalização. O protagonismo de negros como membros ativos e participantes da sociedade, ocupando cargos de poder é um imperativo para além da representatividade, mas para a garantia de direitos a estes grupos e, também, ao combate de desequilíbrios. Inserir a população negra nos espaços políticos e acadêmicos não é somente a garantia da igualdade, mas, sobretudo, da valorização da equidade de oportunidades e de valorização da diversidade deste país (SILVA. et al. 2012).

A definição de poder comporta vários sentidos, tendo em vista a diversidade de autores que em diferentes contextos e conjunturas elaboraram sistemicamente a sua conceituação. Podemos, de modo geral, dizer que ao termo poder é atribuído a capacidade de impor a vontade de uma pessoa/grupo sobre as demais, consistindo basicamente, que ele consiste em uma possibilidade de dispor de mediações psíquicas dentro de meios e instituições presentes numa dada sociedade. A evidência, a capacidade de fazer triunfar uma vontade associa-se a algumas situações efetivas de exercer o poder. Qualquer que seja seu

¹⁵São países que experimentam crescimento pujante e estável, conduzidos por abundante poupança local, frequentemente superior a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), que financia elevado volume de investimentos e que permite mudanças econômicas e tecnológicas significativas. (BENACHENHOU, Abdellatif, 2013).

domínio, político e social. A noção de poder se pluraliza também em um campo diversificado com conotações de múltiplas acepções (ARAÚJO, 2010).

No Brasil, é somente na segunda metade do século XIX, que as discussões em relação à raça como determinante para o sucesso ou fracasso de determinada nação é pensada, até resultar na abolição do sistema escravista no final deste mesmo século. Vale ressaltar que esta conquista não se deu simplesmente por benesse das forças que comandavam o Brasil, mas como resultado de diversos atos de resistências, como a organização de quilombos, lutas internas, revoltas e ações legislativas, que acabaram rumando para a alforria dos escravos, e ainda pela conjuntura internacional de pressão para o fim do modelo econômico de produção escravista, havendo influência de outros países, como a Inglaterra. A preocupação em relação aos rumos da mestiçagem está presente desde os tempos coloniais, sendo os negros associados ao atraso da nação, argumento que inclusive passa a fazer parte do discurso de alguns teóricos da época (OLIVEIRA & SACRAMENTO, 2013).

De acordo com SCHWARCZ (1993) ao pesquisar o discurso racial das Ciências no Brasil, ele cita diversos intelectuais – tais como Antonio Candido, Roquete Pinto, Von Marthius, Silvio Romero, Euclides da Cunha e entre outros – como difusores de uma lógica positivo/determinista associada à questão da raça e suas implicações, para criação de uma História do Brasil na qual prevalece a valorização da população branca e de origem europeia. O que fez com que a imigração europeia fosse incentivada pós abolição da escravatura, na busca do branqueamento populacional. Desta forma, Oliveira e Sacramento (2013), ao delimitarem as fases do pensamento racial brasileiro dizem que:

1. O primeiro momento de caracterização do racismo brasileiro, pode ser relacionado à difusão do pensamento europeu por meio de intelectuais brasileiros que tratavam sobre as questões raciais, sendo raça um fator determinante para o sucesso/fracasso de uma nação, resultando então no incentivo a imigração europeia como forma de melhorar a nação, por meio do processo de branqueamento;

2. A segunda fase, data entre as décadas de 1920 e 1930, quando raça passa a não ser mais o foco único na determinação do sucesso/fracasso de uma nação, e passa a admitir a influência das artes e literatura neste processo, e quando críticos brasileiros afirmam a necessidade de buscar soluções brasileiras para os problemas brasileiros;

3. A terceira fase diz respeito ao questionamento sobre a subordinação da raça e da existência da *democracia racial*, termo que segundo Antônio Sérgio Guimarães, não é enunciado pela primeira vez por Gilberto Freyre, mas por Roger Bastide, em 1940;

4. E por fim a quarta fase que é quando afirma-se a existência de uma autonomia de raça em relação à classe social.

No Brasil, as relações de poder sempre estiveram ligadas a determinado grupos étnicos, a saber, brancos/europeus, que exerciam o domínio nas diversas esferas em relação aos demais grupos. A escravidão, tanto a de negros/africanos e indígenas, prova isso, mas como sabe-se, as formas de resistências que sempre contrariavam essa dominação, estiveram e continuam presentes frente a estes jogos de poder.

A hegemonia da “cultura branca” nas mais diversas esferas sociais, econômica, ideológica, etc. , têm feito que negros e indígenas permaneçam em situação marginal, como minorias. Mas essas populações, tem se organizado – principalmente através do movimento negro – e começam a reivindicar que suas demandas sejam atendidas, partindo do pressuposto que os espaços de poder neste país, historicamente, sempre estiveram associados a homens e principalmente a homens brancos.

2.4 RUMO À DEMOCRATIZAÇÃO: IGUALDADE E EQUIDADE

As políticas públicas são pensadas no cenário social para superar obstáculos representados pelas desigualdades sociais, que se relacionam, não apenas a questões raciais, mas, também, questões de gênero e as desigualdades em geral, proporcionando a ampliação de oportunidades sociais. Outro importante aliado para o combate das desigualdades são as ações afirmativas, como parte das políticas públicas e, que tem por objetivo reparar desigualdades históricas, como é o caso das relações étnicas, religião, gênero, etc.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – O IPEA – confirma que a situação destes grupos marginalizados/subalternizados tem melhorado de forma efetiva após a adoção de Ações Afirmativas (SILVA; TIBBLE, 2012). Essas políticas foram forjadas pensando o combate as distinções de inserção social, visando principalmente a inclusão destas populações

étnicas, a muito excluídas da sociedade e como resultado da articulação do movimento negro com as autoridades competentes. Segundo Silva e Tible:

O movimento negro tem importante papel nessa construção para a efetivação desse conjunto de políticas a partir da postura de negociação com os governos, incidindo sobre suas estratégias. (SILVA. et al. 2012)

Vale ressaltar que as ações afirmativas devem ser, sobretudo, transitórias e quando o objetivo almejado for alcançado, permite que novas ações ou políticas sejam pensadas a partir de outros pontos de partidas (problemas). Sobretudo as ações devem revelar diagnósticos ao longo de sua execução, com metas estabelecidas e que mostrem resultados que devem ser avaliados para que novas propostas possam surgir frente aos problemas diagnosticados. Por exemplo, agora que temos significativos avanços na inserção de jovens negros e pardos nas universidades, via as ações afirmativas. Contudo, precisamos avançar no tange as políticas para ampliar o acesso e a permanência da juventude negra nas universidades e esta com padrões de qualidade. E, ainda, avançar em políticas para a inserção desses jovens no mercado de trabalho. Cabe, ressaltar que, a partir das ações afirmativas temos profissionais que representam as minorias sociais formados, porém estes ainda enfrentam/enfrentarão dificuldades para serem inseridos no mercado de trabalho.

A implementação destas políticas tem evidenciado bons resultados, e pensando-se a longo prazo, estes ganhos podem ser mais efetivos ainda. Segundo Silva e Tible:

[...] Verifica-se que os passos dados pelo governo desde 2003, se continuados, poderão ter como desdobramentos a melhoria das condições de vida e a alteração do jogo de poder(SILVA. et al. 2012).

Mas estas medidas legais, sempre abriam lacunas quanto a sua execução, como a Lei Áurea (1888), por exemplo, que assegurava a liberdade dos negros, porém não oferecia subsídios para sua inserção, seja na sociedade, seja no mercado de trabalho. Segundo Maria Aparecida Abreu e Jean Tible (2012):

Logo após a abolição da escravidão, as relações raciais se moldaram a partir de visões conservadoras que impuseram a crença no convívio a partir da harmonia da tolerância, da ausência do preconceito e discriminação racial (ABREU. et Al. 2012).

O anseio pelo branqueamento da população era notado à medida que a cultura européia era exaltada, e as contribuições de negros e indígenas eram ignoradas. A

miscigenação¹⁶ fortemente supervalorizada como uma forma de extinguir a presença de outras etnias perpetuou o mito da democracia racial e imprimiu ao Brasil um racismo velado, camuflado pela falsa idéia perpetuada do mito da democracia racial e intrinsecamente presente nas relações cotidianas, camuflados na idéia de positivação da miscigenação. No entanto, somente a positivação da miscigenação não é o único vilão, mas, e, também, a supressão histórica das contribuições das demais etnias para a construção da nação.

Algumas consequências da supressão perduram até os dias atuais. Como afirmam Maria Aparecida Abreu e Jean Tible, quando dizem que somados a vários outros fatores, essas desigualdades raciais são reproduzidas até os dias atuais, seja na falta de oportunidades a escolarização das populações negras, seja na falta de empregos, moradias e entre outras necessidades básicas que rumam para a pobreza vivida pela grande maioria destes grupos (ABREU, TIBLE, 2012). Vale ressaltar que nota-se grande dificuldade de inserção, sobretudo da mulher (jovem) negra no espaço social e político. Assim como o racismo, o machismo está presente nas relações sociais, e aliados fazem com que a mulher negra seja um indivíduo de difícil inserção social, na medida em que estes comportamentos, machistas e racistas, as excluem.

Segundo Abreu e Tible, os movimentos sociais, como o Movimento Negro, Movimento Feminista e Movimentos de Mulheres Negras têm contribuído para reverter essas situações de desigualdades e de exclusão. Estes movimentos lutam pela liberdade e pelo reconhecimento político, social e econômico de mulheres negras e, lembramos, aqui, a juventude negra feminina.

Neste trabalho é importante que reconheçamos as contribuições dos movimentos sociais para as mudanças ocorridas nos últimos anos. O movimento negro em muito contribuiu e bate de frente contra o racismo, assim como tem um peso relevante nas elaborações de políticas públicas. Ainda baseado nos argumentos de Maria Aparecida Abreu e Jean Tible apud Martvs das Chagas, que afirmam:

[...] O movimento negro não deve ter a marca de ineficiente, pois perseguir a radicalização da democracia é o principal veio para garantir a igualdade. Não podemos de maneira alguma entender que o país seja verdadeiramente

democrático enquanto existir uma marginalidade gigantesca e uma ínfima participação dos negros em cargos de poder e representações políticas. (ABREU. et al. 2012)

Considerando a organização do movimento negro que tem tido alguns avanços significativos no combate ao racismo, é citado ainda no artigo de Maria Aparecida Abreu e Jean Tible, ganhos como a instituição de Zumbi dos Palmares¹⁷ como herói nacional e a efetivação do dia 20 de Novembro¹⁸, data de sua morte no calendário oficial brasileiro.

A realização da Marcha contra o Racismo pela Igualdade e pela Vida, em 20 de novembro de 1995 em Brasília, que apresentou um documento que reunia reivindicações que diziam respeito ao acesso à informação, à saúde, contra a violência e entre outros, identificando, ainda, no documento a exclusão, genocídio e descaracterização da população negra impedida do pleno exercício da cidadania e fazia, especialmente uma crítica a institucionalização do racismo ressaltando a necessidade de coibi-lo e superá-lo. Anos depois, no ano de 2005 nos dias 16 e 22 de novembro, ocorreram as duas versões da *Marcha Zumbi + 10: Pela Vida e Pela Cidadania*, ainda com reivindicações e o foco no combate às desigualdades e documentos com proposições sobre a implementação de políticas públicas.

As organizações políticas juntamente com os movimentos sociais foram de suma importância para os ganhos obtidos em relação às políticas públicas e ações afirmativas. Ainda sobre o artigo de Abreu e Jean Tible(2012) apud PT(2009):

Na publicação *Compromissos para superação do racismo e da discriminação racial no Brasil*, do Partido dos Trabalhadores – Secretaria Nacional de Combate ao Racismo – é reafirmada a importância da presença negra na formação do país e são apresentadas as principais bandeiras de lutas: Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial; Defesa da Política de Cotas Raciais; Combate à Intolerância Religiosa; Regulamentação e Titulação de Territórios Quilombolas; e Defesa dos Direitos da Mulher Negra. (ABREU. et al. 2012).

Outro ponto a ser ressaltado é o crescente protagonismo de jovens negros, como comprovam a organização de encontros, como no caso do *I Encontro Nacional da Juventude*

¹⁷Zumbi dos Palmares nasceu em 1655, no estado de Alagoas. Ícone da resistência negra à escravidão, liderou o Quilombo dos Palmares. Disponível em <<http://www.palmares.gov.br/personalidades-negras>> Acesso em 16, jun. 2018

¹⁸LEI Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011:instituído o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de novembro, data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/L12519.htm> Acesso em 16, jun. 2018

Negra (Enjune)¹⁹ e da criação do *Fórum Nacional da Juventude Negra* (Fonajune). No entanto, a juventude negra ainda apresenta números elevados de morte se comparado ao de jovens brancos e esse se torna um dos grandes percalços a serem solucionados. Como afirmam Flávio Jorge Rodrigues da Silva e Jean Tible, mesmo com a soma entre ações afirmativas e universais, a insuficiência frente às necessidades da população negra e outros grupos ainda estão presentes. O reconhecimento da dívida histórica com os negros e demais grupos somado a inexistência de uma política inclusiva pós-abolição revelam a necessidade de se rever o problema racial por toda a sociedade.

As conquistas até aqui foram significativos ganhos na história da igualdade Racial no Brasil, no entanto, ainda se luta para que estes ganhos sejam mantidos e ampliados cada vez mais de forma que a tão sonhada igualdade seja alcançada. O diálogo dos movimentos com o Estado foi de suma importância para que avanços fossem alcançados. Ainda precisam-se superar grandes desafios, como o de eleger representantes políticos negros, que em particular aponta para a necessidade de uma reforma política, que é de fundamental importância, fazendo com que representações negras estejam presentes nos órgãos do Estado, sobretudo em cargos de relevância, assim tornando a incorporação destas parcelas sociais como parte vigente da população.

Sobre a presença de negros em cargos do Estado, Silva e Tible afirmam: “espaços de poder, numa lógica conservadora, são vistos como lugar de homens brancos o que leva à necessidade de profundas mudanças” (SILVA. et al. 2012).

É importante que tenhamos representantes negros, principalmente em cargos políticos de relevância, refletindo no imaginário social, contribuindo assim para posituação da imagem do negro no Brasil, assim valorizando a diversidade e promovendo a equidade. A falta de consciência política e racial no país enorme, haja vista o exemplo do estado da Bahia, que detém uma das maiores concentrações da população negra no país, no entanto o poder concentra-se na mão dos brancos; assim como num parâmetro nacional o fato do Congresso Nacional ter somente 30 deputados negros de 513 ao todo²⁰.

¹⁹O 1º Encontro Nacional de Juventude Negra aconteceu em 27/07/2007 na cidade de Lauro de Freitas – Bahia.

²⁰ SANTOS, 2012.

Entre os ganhos e avanços das políticas de promoção de igualdade racial, destaca-se a criação da *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial* –SEPPIR, que segundo Abreu e Tible, foi criada em 2003, após constatações da necessidade de criação de um órgão que coordenasse as políticas de igualdade. Várias têm sido as reflexões tidas sobre a necessidade de inserção das relações de raça e gênero, bem como dos direitos humanos nas políticas democráticas.

Matilde Ribeiro aponta a lógica da transversalidade de igualdade racial como importante fator utilizado e intensificado durante o governo de Lula, considerando, ainda, a sua existência em governos anteriores como o de FHC e de José Sarney (1985-1990). No entanto, apesar de averiguar a existência de políticas de igualdade racial, aponta ainda para insuficiência destas, que foi um dos grandes motivos para que se fosse criado a SEPPIR. Em relação a criação deste órgão, Silva e Tible com base na opinião de um conjunto de entidades do movimento negro entrevistados para construção de seu texto, afirmam:

Segundo as/os entrevistadas/os com a criação da Seppir, o governo brasileiro reconhece de forma inequívoca a existência do racismo e seus nefastos desdobramentos na qualidade de vida da população negra, comprometendo-se com a construção de caminhos para superação dessa situação(SILVA; TIBLE, 2012, p 108.).

Além do SEPPIR, como corroboram Abreu e Tible (2012) outras importantes estratégias foram a criação do *Fórum Intergovernamental* –FIPIR, para a Promoção da Igualdade Racial – que envolveram os gestores de Combate ao Racismo e de Políticas de Igualdade Racial, na premissa de reforçar seu desempenho com a Secretaria Especial, qual, a estruturação de uma lógica governamental que possa atender a necessidade da elaboração de projetos, políticas articuladas e programas tem se dado por meio do atrelamento entre ações afirmativas juntamente a políticas universais, que sobretudo buscam atender as demandas históricas da população negra.

E por fim além deste Fórum, a sanção do Estatuto de Igualdade Racial (Lei nº 12.288/10)foi outra medida essencial que se destinaria a garantia da efetivação da igualdade de oportunidades; a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos; e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Ao apoiar argumentos com o Plano Nacional de Promoção à Igualdade Racial, Ribeiro (2009) diz que a transversalidade é a via responsável pela adesão do combate às desigualdades raciais e a promoção da igualdade racial como pressupostos das políticas

governamentais, que devem criar, executar e monitorar políticas pautadas nestes pontos. Somente a identificação das necessidades e criação de ações afirmativas/ políticas não é o bastante, para que avancemos ainda mais, “é preciso criar instrumentos e estratégias para execução dessas políticas” (RIBEIRO, 2009, p 65.).

Seria então a transversalidade principal método para uma gestão estratégica das políticas públicas, já que não basta que somente identifique-se e criem essas ações afirmativas, mas que estas sejam executadas e monitoradas. Portanto, a viabilização das políticas de igualdade faz-se tão necessária. Matilde Ribeiro reafirma que há uma outra necessidade, que segue tendências mundiais: a associação de políticas universais e ações afirmativas.

É válido ressaltar a existência de um abismo educacional entre as populações negras e pardas em relação às demais parcelas sociais brasileiras, que apontam para necessidade de implementação dessas políticas públicas e ações afirmativas com pressupostos pautados na igualdade. É importante lembrar que mesmo as ações “bem sucedidas” presentes na nossa sociedade, como o caso da política de cotas, ainda são altamente banalizadas e associadas à discriminação²¹. Sobretudo, a discriminação deve ser vista como uma discriminação positiva, na medida que democratiza o acesso à universidade, levando em conta que estas, tem como objetivo acelerar o processo de integração social das camadas mais excluídas e desiguais como negros, indígenas, pobres e etc.

Uma educação pautada na valorização da diversidade étnica que compõe este país, tem sido uma das reivindicações do movimento negro, que busca inserir sua população a espaços que por muito tempo foram negados. Cabe, lembrar que a Lei 10.639/2002, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura África e Afrobrasileira, na Educação Básica, especialmente nas disciplinas de Literatura, História e Artes, como política de valorização, reconhecimento histórico e político da população negra.

Segundo Silva e Tible, a dinâmica de gestão pública, após a análise de entrevistados para construção de seu texto, apontam como ponto de partida a igualdade racial, tendo como desafios o fortalecimento da estrutura da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial – SEPPIR – somado a implementação do Plano Nacional de Promoção da igualdade Racial – PLANAPIR – e do Estatuto da Igualdade Racial, que tem como alicerce o Plano de

21 RIBEIRO, Matilde. 2009.

Ação de Durban, e ainda sob a mesma perspectiva reforça a necessidade de fortalecimento do Conselho Nacional de Política de Igualdade Racial –Fipir.

Frente a todo esse panorama construído historicamente em relação à inserção de jovens negros e pardos nas universidades, sabendo que em sua grande maioria, estas populações estão associadas à desigualdades de acesso aos direitos básicos garantidos pela constituição brasileira, qual apresenta grandes fendas quanto a sua execução. Aparecida de Castro Soares em relação ao ensino superior afirma:

A Constituição cidadã brasileira de 1988, ao mesmo tempo em que define as políticas sociais como direito, incluindo a educação básica, não regulamenta o ensino superior no mesmo campo do direito universal o que tem levado a um quadro de privatização ao fortalecimento do acesso elitizado das classes médias e superiores às universidades, deixando fora um percentual perverso de jovens de origem popular. Confirma o texto legal. Em seu capítulo III o texto legal normatiza a Educação, a Cultura e o Desporto. O artigo 205 preconiza que *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (SOARES, 2009, p. 112).

Seguindo uma tendência mundial de combate ao analfabetismo e na premissa de um aumento no nível de escolaridade, o Brasil nos anos 1990, passa então a apoiar-se em cursos superiores a distância e curso tecnólogos, tendo como base a idéia de educação como instrumento de lucro, como afirma Aparecida de Castro Soares:

No fim da década de 90, com as tendências neoliberais, após as prerrogativas colocadas pelo Consenso de Washington, o Estado Brasileiro com base nas definições postas pelos organismos internacionais, Bird, BID, e FMI, inicia uma corrida para aumentar os índices no nível de escolarização da população brasileira. Para alcançar tais índices o Estado utiliza mecanismos como a educação superior à distância e cursos tecnológicos. Sob uma reflexão superficial, observam-se as fragilidades quanto à qualidade dessa formação. (SOARES, 2009)

Estes subsídios, no entanto, atingiam de forma mais abundante somente as populações brancas e elitistas, em sua maioria. Mesmo que esta política fosse real, o sucateamento de sua execução também esteve presente. No entanto, só criar políticas que oferecessem educação não era o suficiente, já que estas não observavam as limitações e desigualdades de determinados grupos, que na maioria eram os mais afetados. Ou seja, somente oferecer uma educação gratuita não se torna suficiente. Surgem nesse contexto, discussões que problematizam e trazem medidas para solucionar estes problemas.

As condições de inserção de jovens negros a espaços sociais, como as escolas, universidades, o mercado de trabalho, e entre outros espaços, podem ser consideradas limitadas, Segundo Adailton da Silva:

Entre os inúmeros dados que evidenciam a configuração de menores oportunidades para a juventude negra no país, pode-se lembrar o fato de os jovens negros estarem sobrerrepresentados no segmento de jovens que nem trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precarização do que as de jovens brancos (SILVA. 2009)

Porém as dificuldades destes jovens não se limita somente a sua inserção nestes espaços, mas na sua continuação. Além destes, demarcadores sociais como a violência, pobreza e entre outros são comumente associados à juventude negra. Em relação à violência urbana, especificamente sobre a taxa de mortalidade, refletida, sobretudo na expectativa de vida destes jovens negros, SILVA (2009) afirma que um equivalente a 50% dos jovens mortos são negros. Desta forma, estas parcelas são marcadas pela ação destes demarcadores, o que automaticamente altera suas formações de visões mundo e alteração de suas perspectivas de futuros.

Essas discussões que remetem a medidas políticas atribuem certa ênfase as desigualdades referentes às relações étnicas, no entanto não descarta as demais possibilidades, como a desigualdades de gênero, classe, cultura e etc. As ações afirmativas caracterizam, sobretudo um movimento de conscientização e aceleração do processo de inserção destas desigualdades.

Abreu e Tible(2012) apontam para a necessidade de reinvenção da garantia que as estratégias planejadas sejam executadas de forma efetiva para o cumprimento da missão governamental de atendimento às demandas históricas populacional dos negros, usando como fonte declarações do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), afirmam ainda que o Seppir cumpre com sua meta de se manter próximo aos movimentos sociais para elaboração de estratégias que possam solucionar os problemas atuais, no entanto aponta para a falha na estruturação governamental, apontando para seu aprimoramento como solução para que as metas de promoção de igualdade racial sejam alcançadas.

3 JUVENTUDES E NEGRITUDE

Neste capítulo tratamos mais especificamente da juventude e como este grupo é concebido frente às relações étnicas raciais. Sempre considerando os jovens como sujeitos históricos dotados de valores e atravessados por especificidades de seus respectivos grupos. Assim, abordaremos algumas conquistas e faremos uma caracterização do jovem negro.

3.1 JUVENTUDES BRASILEIRAS E POLÍTICAS

Quando nos referimos à juventude devemos ter clareza da polissemia do termo, haja vista os demarcadores para definir *juventude*. A polissemia se dá em decorrência dos demarcadores, como idade e as condições socioeconômica e sociocultural, entre outros. Portanto as políticas públicas necessitam implementar programas voltadas às juventudes específicas, com vistas a atender às especificidades dos jovens e não homogeneizar a juventude como um segmento unitário e homogêneo. Este reconhecimento pode viabilizar o bom desenvolvimento das ações de uma determinada política. Ou seja, é preciso a adoção de referenciais para os programas voltados ao público jovem (AQUINO, 2009).

A valorização do jovem como público que necessita de intervenção estatal para sua inserção social é construída aos poucos. Aquino informa que a inclusão da juventude nas discussões da questão social se deram por dois principais motivos: os problemas aos quais estes jovens estavam associados e pela preparação destes jovens para a vida adulta. Em uma abordagem mais atual em relação ao termo juventude, atribuem-se a associação de fatores globais e fatores locais como constituintes da *questão juvenil*, que resultou na ampliação dos direitos de cidadania dos jovens neste país. Nesta direção, é que as políticas públicas são formuladas, abrindo espaço para participação dos jovens. Aquino (2009) diz que:

Estas “*políticas de juventude*” associam os aspectos de proteção social como os de promoção de oportunidades de desenvolvimento: de um lado, visam à garantia de cobertura em relação às várias situações de vulnerabilidade e risco social que se apresenta para os jovens; de outro, buscam oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favoreçam a integração social dos jovens nas várias esferas da vida social. (AQUINO, Luseni. 2009)

Os anseios e necessidades das juventudes brasileiras são as mais diversas, partindo do pressuposto, que está pauta-se nas diferenças em relação aos demarcadores destes grupos,

sejam eles socioeconômicos, culturais, entre outros, necessitando de políticas específicas para o combate a estes problemas.

Falando especificamente sobre juventude negra, vale ressaltar que as diferenças entre jovens negros e as demais etnias no Brasil corresponde a números significativos, sendo detentores de índices que atuam diretamente sobre este grupo nos mais diversos aspectos da vida social. Em relação ao nível educacional, por exemplo, pode-se constatar que o número de jovens negros analfabetos na faixa etária dos 15 a 29 anos, é praticamente duas vezes maior que a de jovens brancos, assim como taxa de frequência, em relação aos jovens negros que estudam, também, são inferiores ao de jovens brancos. Outra perspectiva, é que jovens negros são as maiores vítimas de violência, dados do SUS – Sistema Único de Saúde – revelam que enquanto jovens brancos do sexo masculino apresentam uma taxa de 138,2 mortos por causas externas para cada grupo de 100 mil habitantes, estas taxas entre jovens negros é de 206,9 e 190,6 respectivamente (AQUINO, 2009).

As políticas específicas para juventude no Brasil têm avançado. Porém, ainda segundo Aquino, precisa-se admitir que apesar da esfera federal ter se esforçado para criar novas delimitações para as políticas que se voltam para os jovens, essas políticas ainda lutam por reconhecimento, frente às interferências e frente aos processos burocráticos da administração pública do país.

Nota-se que entre os avanços, pode-se destacar a criação da Secretaria da Nacional da Juventude²², o Conselho Nacional de Juventude²³ e os programas específicos para os jovens, na busca pela inclusão destes, principalmente aqueles pertencentes a grupos com históricos de exclusão e marginalização – como os negros – é que estes tem sido avanços significativos, juntamente a implementação de políticas públicas voltadas para este público como o ProJovem²⁴ que foi o primeiro programa de inserção, e entre outros.

22A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer um diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público. Disponível em <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/secretaria-nacional-de-juventude/historico>> Acesso em 19 de novembro de 2018.

23A criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi instituído em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129. O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, que é maioria no colegiado e reflete as diversas formas de organização e participação da juventude brasileira

24ProJovem é um programa unificado de juventude que visa ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. Disponível em <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02_05092007> Acesso em 16, jun. 2018.

E, ainda, como marco das políticas para Juventude Brasileira, destacamos a criação do *Estatuto da Juventude*, através da Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que visa garantir os direitos da juventude no que se refere à educação, à cidadania, à participação social e política, à representação juvenil, tomando em consideração as diferenças e a diversidade posta à juventude brasileira.

3.2 JOVENS BRASILEIROS E INDICADORES EDUCACIONAIS

Fragilização social, pobreza, baixo nível educacional desigualdades e entre outros demarcadores caracterizam os problemas relacionados aos jovens no Brasil, mas que nem sempre representam conflitos, mas assinalam avanços.

Em relação ao nível de escolaridade de jovens pobres, pode-se dizer que este ainda representa uma pequena parcela, devido em parte as precárias condições de acesso e permanência a educação, seja ela a infantil ou fundamental, o que tem ocasionado consecutivas reprovações e a evasão dos jovens destes espaços (escolas). Desta forma, atribuiu-se aos jovens prioridade em relação às políticas educacionais, principalmente no que diz respeito à ampliação e equalização das condições de acesso e permanência aos níveis de ensino não obrigatórios (CORBUCCI. et al., 2009).

De certa forma garantir que os jovens tenham acesso e permaneçam na escola tem se mostrado como um problema. As políticas educacionais dos últimos anos têm se atentado a esses fatores, na busca de reverter-los ou evitá-los para que consequentes problemas possam ser evitados posteriormente, estimulando o acesso e permanência de jovens na escola nos últimos anos.

Entre as distorções geradas acerca do processo educativo destacam-se além do número de analfabetos – 1,5 milhões – a distorção de idade/série (nível de escolaridade), o que tem dificultado o acesso ao Ensino Médio na idade adequada; a baixa frequência no ensino superior e as limitadas oportunidades de acesso à educação superior e profissional. No entanto, nem tudo são aspectos negativos, segundo apontam dados do IPEA, entre os anos de

1996 e 2007 houve uma considerável redução da taxa de analfabetismos entre os jovens brasileiros, no entanto, este avanço apresentou disparidades relacionadas principalmente a regiões, sendo as regiões Norte e Nordeste as que menos evoluíram. Problemas como a educação de jovens na idade correta e ingresso no ensino superior, ainda são barreiras a serem superadas(CORBUCCI. et al., 2009).

Segundo Corbucci, em relação à presença de jovens nas universidades, notamos, que alguns avanços já foram alcançados no Brasil, tendo a taxa de inserção praticamente dobrada entre os anos de 1996 e 2007. No entanto, a educação dos jovens brasileiros ainda tem vários percalços a serem contornados – não negando os avanços até aqui conquistados.

Os problemas históricos tais como: o acesso restrito à educação infantil, baixa efetividade no ensino fundamental, elevada defasagem educacional, fatores agravados principalmente pelas situações socioeconômicas destes jovens que incidem diretamente no rendimento escolar, nas taxas de abandono e entre outros fatores. As principais metas a serem atingidas para melhorias da Educação Básica, dizem respeito à universalização do acesso e a conclusão do ensino fundamental, e tem como principais estratégias para atingirem estes parâmetros, instituições como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação(FUNDEB).

3.3 JOVENS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

O Brasil encontrava-se em posição inferior se comparado aos países vizinhos no que se refere aos índices de matriculadas no ensino superior, no entanto, se comparado ao México, que apresenta algumas características parecidas – como a extensão territorial – nota-se uma maior paridade entre os índices de jovens com acesso ao ensino superior(CORBUCCI. et al., 2009).

Desta forma, a ampliação da oferta de vagas para a inserção de jovens nas universidades tem sido um dos focos do Ministério da Educação (MEC), que tem criado estratégias tais como a expansão das redes de Instituições Federais de Ensino Superior – IF's, o crescimento no número de vagas de cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior -FIES e o Programa Universidade para todos - PROUNI. Dos quais trataremos alguns mais a frente neste trabalho.

Desta forma notamos que as medidas adotadas pelo Estado, que tem visado a ampliação das oportunidades referente ao ingresso de jovens em instituições de ensino superior, algumas anteriormente citadas, conta ainda com as ações afirmativas que surgem com o intuito de ajustar as desvantagens condizentes ao acesso e permanência na educação superior.

3.4 JUVENTUDE NEGRA E REPRESENTATIVIDADE

A juventude negra brasileira enfrenta um conjunto de problemas – tais como vulnerabilidade a violência, alto índice de analfabetismo e entre outros – que acabam limitando o seu acesso às oportunidades sociais, como o acesso a universidade e ao mercado de trabalho. O que incide diretamente na restrição do desenvolvimento de suas capacidades a partir do momento que sua visão de mundo é alterada, por conta do pertencimento social, que influencia no seu jeito de pensar e consequentemente em sua perspectiva de vida. Vários são os demarcadores associados de forma particular a este grupo – jovens e negros – como a vulnerabilidade à violência, o fato de que estes sujeitos são sobrerrepresentados como jovens que não estudam nem trabalham, assim como precarização na inserção destes no mercado de trabalho em relação a jovens brancos (SILVA, Adailton da. et al. 2009).

Para Borges e Mayorga (2012), o reconhecimento de jovens negros como carentes de políticas públicas que observem as especificidades destes grupos, é algo recente e inédito no nosso país. no entanto, esta têm sido uma tarefa difícil, já que as experiências levadas em conta para a instituição de políticas públicas, foram somente a de jovens das classes média e alta e não das populares, identificando um foco nas experiências sobretudo de jovens brancos.

A falsa idéia perpetuada pela democracia racial brasileira, por muito tornou invisível os jovens negros, tentando ocultar a existência do racismo e das desigualdades e que estes problemas sejam vistos como problemas reais a serem resolvidos. O debate referente às cotas raciais, que tem como objetivo a democratização do acesso e permanência a partir da inserção de jovens negros nos espaços, como as universidades, significa que essa invisibilidade destes grupos é finalmente notada. Na medida em que impossibilita que uma compreensão de inferiorização racial seja traçada, essa idéia de harmonia racial, acaba naturalizando a miscigenação, e a tornando importante fator para a reprodução social, negando, que essa

miscigenação se deu na maioria por atos marcados com violência, estupro, extermínio de negros e indígenas ao longo da história do país (Borges e Mayorga, 2012).

De acordo com Borges e Mayorga, um dos aspectos essenciais para que possamos compreender por que a visibilidade é um fator tão importante para juventude negra, é a invisibilidade dos jovens negros e negras frente aos debates sobre juventude e ao racismo à brasileira. Sendo desta forma a luta por existir e o reconhecimento de suas experiências suas principais reivindicações (Borges e Mayorga, 2012).

Outro ponto a ser ressaltado é a violência urbana, que sujeita os jovens negros a um contexto social marcado por violências que refletem em seus cotidianos, visão de mundo, ascendência social e entre outros vieses. Frente a esse conjunto de problemas, as políticas públicas ainda não são ideais se comparadas às necessidades destes grupos. No entanto, vale ressaltar, que as iniciativas que dizem respeito à inclusão de jovens negros nas Universidades tem apresentado resultados significativos, frente às *desigualdades raciais* e ampliação de *oportunidades sociais*. Além deste demarcador social, é importante ressaltar que os níveis mais altos de ensino – ensino médio e superior – apontam para expressivos números de desigualdades entre brancos e negros (Silva, et al, 2009).

Borges e Mayorga (2012) destacam em seu trabalho momentos específicos referentes à luta contra o racismo e os direitos da juventude. São eles:

1. O início do debate público e construção democrática sobre as políticas de igualdade racial em nível governamental, ocasionado pela pressão de jovens negros e negras, especificamente do movimento negro, com o Partido dos Trabalhadores – PT – que possibilitou a configuração de novos diálogos, impulsionando o debate racial em relação ao âmbito nacional e internacional;

2. O surgimento de grupos de mulheres negras ligadas a movimentos negros e feministas, entre 1980 e 1990, com a delineação de uma agenda que pautava dentro do movimento negro a luta antissexista, e no movimento feminista a luta antirracista. Tendo uma atuação estratégica na Conferência Mundial Contra o Racismo em Durban (2001), propondo ações políticas focalizadas na população negra do país, com o enfrentamento as formas de discriminação;

3. A participação dos movimentos negros na elaboração nos planos de governo – do PT (governo Lula), eleito em 2002 – conseguiram lançar suas propostas contra o combate as desigualdades;
4. O reconhecimento dos jovens e suas condições juvenis e suas especificidades, como sujeitos de direito e protagonistas da história no presente;
5. A criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Aprovação da Lei 10.639/2003²⁵ e a criação da Política Nacional de Juventude (Medida Provisória nº 238/2005).

As feministas negras enegreceram o feminismo e ao trazerem para o movimento a perspectiva da diferença étnica, acabaram juntando dois fortes movimentos sociais, a juventude negra ao lado de outros agentes também consegue enegrecer o debate de juventude, ao inserir como pauta de debates as especificidades e diversidade relacionados a jovens negros, ocasionando o uso de termo *juventudes*, – no plural – reconhecendo a pluralidade existente entre os jovens brasileiros, sobretudo as marcas no corpo e na memória, os impactos históricos e culturais das relações de poder a qual estão submetidos os jovens negros nos diversos contextos socioeconômicos, étnicos, regionais e culturais do Brasil (BORGES e MAYORGA, 2012).

Podemos então, evidenciar que o movimento negro junto ao protagonismo de mulheres negras conseguiu juntar duas das principais lutas e o combate as desigualdades neste país, a luta contra a desigualdade racial e de gênero. Notamos ainda o quão tem sido importante que a juventude negra seja analisada frente os problemas específicos para estes jovens, marcados por fatores característicos.

3.5 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E O ACESSO À EDUCAÇÃO

A atual sociedade brasileira, na intenção de inserir as populações subalternizadas e marginalizadas, aponta para adoção de uma política de universalização do acesso à educação,

²⁵ LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.html> Acesso em 16, jun. 2018

que deve ser conjugada com políticas específicas de combate às desigualdades para construção de uma sociedade mais democrática e com equidade para todos. Desta forma, discutiremos agora, as políticas de ações afirmativas, em específico, aquelas que buscam o combate às desigualdades raciais na educação no Ensino Superior.

Segundo Silva, Silva e Rosa (2009) o debate sobre a implementação de políticas de Ações Afirmativas (AAs), vem sendo apontado desde a década de 1930 pelo movimento negro, principalmente no que diz respeito ao acesso da população negra à educação, essa luta perdurou até as décadas de 1970, quando se discutia ainda sobre a democratização do acesso à educação antirracista. No entanto, somente a partir do fim dos anos 1990 é que o Brasil intensificou suas experiências de AAs, consolidando iniciativas entre os anos de 2001 e 2004. Para atender as demandas exigidas pelo movimento negro de democratização do acesso à educação, principalmente a educação superior, a princípio, adotou-se a opção por cursos pré-vestibulares para jovens negros, o que ocasionou a criação do Programa Diversidade na Universidade, especialmente com o intuito de facilitar a entrada da população negra na universidade, combatendo assim as desigualdades de cunho racial. Segundo, Silva:

A opção pelos cursos de pré-vestibulares como enfrentamento das desigualdades raciais na educação reflete o debate sobre o tema à época. De um lado ampliava-se demandas por cotas raciais no ensino superior, medida defendida pela maioria das entidades do movimento negro. De outro, setores políticos e acadêmicos manifestavam suas resistências a esta proposta [...] Para estes grupos, a ideia de criar cursinhos pré-vestibulares parecia mais adequada do que a entrada direta de negros nas universidades por meio das cotas. Assim, esta iniciativa também atendia, em algumas medidas, às medidas do movimento social por políticas educacionais inclusivas (SILVA, SILVA e ROSA, 2009, p 34).

Desta forma, o Programa Diversidade na Universidade, é tido como uma alternativa para o desenvolvimento do sistema de cotas no Brasil, surgido a partir da demanda reivindicada pelo movimento negro em relação à ampliação das políticas de AAs. Outro importante marco, segundo Silva, Silva e Rosa (2009), foi a constituição do Programa Políticas da Cor (PPCor), um núcleo de estudos e intervenção social do Laboratório de Políticas Públicas (LPP), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, voltado para o desenvolvimento de pesquisas e apoio as iniciativas que diziam respeito a entrada e a permanência de negros nas Universidades.

No entanto, um debate é travado nos dias atuais em relação ao sistema de cotas para o ingresso nas universidades, que hoje em dia faz parte da realidade brasileira. Os argumentos

contrários à adoção das políticas de AAs, partem da alegação de que tanto as causas como a solução para presença de estudantes negros e alunos das escolas públicas nas instituições de ensino superior sejam externas a elas, na qual se associa assim, a não presença destes grupos à deterioração do ensino público médio e fundamental, assim como apontam para a questão do desempenho em relação aos estudantes cotistas, argumentando que a qualidade do ensino seria afetado com a adoção da política de cotas. Mas, por outro lado, várias tem sido as constatações, que a democratização do acesso às universidades deva ser efetivada, sendo expressivo o aumento das desigualdades raciais no ensino superior.²⁶

Para Silva, Silva e Rosa (2009) as diversas experiências com AAs têm somente reafirmado que alunos cotistas negros e de escolas públicas, não apresentaram diferencial de aproveitamento em relação aos não cotistas, assim como aponta para o fato de que as ações afirmativas não eliminarem o mérito e não comprometerem a qualidade do ensino, ou seja, apontam para resultados positivos na medida em que as argumentações contrárias as AAs, são contestadas com os números referentes as experiências que estas têm proporcionado.

Várias foram as mudanças institucionais nas universidades em virtude da implementação da inserção da juventude negra nestes espaços, como a criação de novas disciplinas, programas de apoio acadêmico ou espaços de promoção da integração dos alunos negros à vida acadêmica, no intuito de garantir a permanência destes sujeitos. Nesta direção, como já dito, o reconhecimento público de que a juventude negra necessita de políticas públicas que levem em consideração os marcadores que assolam estes grupos é algo inédito neste país.

Como destacam Borges e Mayorga(2012), um longo caminho foi percorrido para que se obtivesse algumas conquistas, com importantes acontecimentos, desde a articulação e criação do *Movimento Negro Unificado* (MNU) em 1978, ou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010. Assim, as Políticas de AAs, visam, neste sentido, promover a democratização de acesso aos espaços de educação superior.

Para que chegássemos até a adoção de políticas AAs como as cotas ou o Programa Universidade para Todos – ProUni – uma demanda histórica foi reivindicada, a democratização do acesso à educação era uma das bandeiras levantadas pelo movimento negro, que sempre lutou para melhoria e ampliação das oportunidades sociais para a

²⁶Silva, Silva e Rosa apud Santos (2009)

população negra, na premissa de alcançar uma sociedade mais equitativa em termos relacionados a diversidade racial e quanto a fatores socioeconômicos.

3.6 O REUNI

Segundo Silva e Castro (2014) O Ensino Superior no Brasil tem passado por profundas reformas a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, que trouxe modificações significativas na forma de organização do ensino superior, na diversificação do atendimento, na forma de gestão dos serviços educacionais e na autonomia universitária, entre outros. Podemos considerar que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi o marco dessas mudanças, principalmente por ter adotado as políticas neoliberais na condução dos serviços sociais, realizando uma reforma gerencial para os serviços públicos que passaram a definir nova forma de atuação para as políticas públicas.

Tendo continuidade com o governo Luíz Inácio Lula da Silva, quando aprova-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, através do Decreto nº 6.096/2007, que prevê em suas diretrizes o aumento das vagas de ingresso; a redução das taxas de evasão e a ocupação de vagas ociosas; a ampliação da mobilidade estudantil; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a básica (BRASIL, 2007).

O REUNI, tem sido uma das ações do Estado responsáveis pela expansão do Ensino Superior e diz respeito basicamente à reestruturação e melhoramento das Universidades Públicas Federais. Neste sentido, o governo tem orientado a expansão do ensino em uma lógica racional de recursos físicos e humanos existentes, que tem se operacionalizado por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUni – aprovado pelo Ministério da Educação por meio do decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Silva e Castro, 2014)

Como corroboram Silva e Castro (2014) o REUni estabelece que as relações entre o Estado e as Universidades sejam feitas através de contrato de gestão, sendo que metas e indicadores são estabelecidas e acompanhadas, no intuito de alcançar melhores resultados

administrativos, mas seu principal objetivo é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação” (BRASIL, 2007). Desta forma, este programa tem sido uma importante forma de aumentar o ingresso de jovens nas Universidades.

3.7 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Este programa configura uma das mais importantes AAs para inserção de jovens negros nos espaços de ensino superior, e segundo Silva, Silva e Rosa (2009) a meta do programa é incluir estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior e tem permitido uma expressiva inserção de estudantes no ensino privado brasileiro.

O ProUni, afirma-se assim como um programa promissor, se acompanhado de mecanismos de monitoramentos e controle que garantam que essas vagas sejam preenchidas por quem realmente necessita. Assim, o ProUni configura-se como importante meio de inserção da juventude negra no espaço de ensino superior.

O PROUNI foi criado pela Lei n. 11.096/2005 (BRASIL, 2005), regulamentada pelo Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005. Para que possa concorrer a uma bolsa, o estudante deve preencher alguns requisitos básicos como a participação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), atingindo a nota mínima estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), e alguns outros aspectos.

4 POLÍTICA DE COTAS E JUVENTUDE CODOENSE

4.1 CODÓ: ASPECTOS E RELAÇÕES

Codó é uma cidade brasileira do Estado do Maranhão, região leste maranhense e que conta com mais de 100.000 habitantes e com uma distância de mais ou menos 300 km da capital, São Luís e que teve grande expressividade durante o período colonial pela sua produção algodoeira e por sua localização singular, sendo atravessada pelo Rio Itapicuru (CODÓ, 2013).

Em relação aos demarcadores populacionais, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, a cidade de Codó apresenta um percentual significativo de jovens entre 15 e 24 anos, equivalente a 19,7% da população, sendo a segunda parcela etária mais significativa.

O município apresenta ainda, uma elevada taxa de indivíduos com mais de 15 anos não alfabetizados, um número igual a 30,5% da população, destes, grande maioria são pretos e pardos, equivalente aos respectivos valores de 4.496 e 17.010 indivíduos. Entre os jovens de 15 a 24 anos, pretos e pardos também representam a maioria, entre os 1822 jovens, 161 são pretos e pardos²⁷.

Outro ponto a ser enfatizado é que mais de 65.000 habitantes, com 10 anos ou mais não possuem nenhuma instrução e/ou o ensino fundamental completo. Quanto aos números de graduados, a cidade apresenta 2.098 indivíduos, que possuem ensino superior completo, dos quais, somente 362 se autodeclararam pretos (IBGE, Censo Demográfico de 2010).

4.2 UFMA CAMPUS DE CODÓ E JUVENTUDE NEGRA

Para que possamos analisar a entrada de jovens negros na Universidade Federal do Maranhão Campus Codó, é necessário em um primeiro momento, que se faça uma breve

²⁷IBGE, Censo Demográfico 2010

retomada histórica. Nesta direção, é que a conjuntura e posterior entrada de jovens negros será analisada.

4.3 UFMA – CAMPUS VII/ CODÓ

O processo de expansão para o interior realizado pela Universidade Federal do Maranhão alcançou o município de Codó, em maio de 1972, tendo como marcos:

1972 – instalação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC.	As principais atividades e ações realizadas nas três décadas iniciais se deram, sobretudo através das linhas de <i>estágio rural</i>, <i>assessoramento à administração pública municipal</i>, <i>apoio às entidades comunitárias</i>, <i>implantação do Centro de Aplicação Tecnológica</i> – CAT, com o propósito de estimular a produção e transformação de alimentos destinada ao setor da indústria caseira com melhoria da renda familiar
1988 – instalação do Curso de Pedagogia,	O <i>curso de Pedagogia</i> ofereceu inicialmente 35 vagas, cuja aula inaugural ocorreu em maio de 1988.
2007 - conclusão da obra de construção do Prédio 1.	O Campus de Codó vira a página para uma nova retomada da interiorização, reforçando o compromisso social da instituição. Foram adquiridos equipamentos que deram base para a instalação do <i>laboratório de informática</i>, investiu-se na compra de títulos para o acervo da <i>biblioteca</i>. O campus iniciou suas atividades com a implantação do <i>Curso de Graduação em Licenciatura em Informática</i>, do <i>Curso à Distância de Especialização em Gestão Escolar</i>.
2009 - Implantação do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PROFEBPAR)	O programa foi implantado através da Assessoria de Interiorização – ASEI – com os seguintes cursos: <i>Pedagogia</i>, <i>Matemática</i> (1ª Licenciatura) e <i>Educação Física</i>, <i>Letras Espanhol</i> (2ª Licenciatura).

2010 - Com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o campus implantou duas novas graduações.	Foram implantados os cursos de <i>Licenciatura em Ciências Humanas/ História e Licenciatura em Ciências da Natureza/ Biologia</i> . Com esses cursos a UFMA do Campus de Codó passou a dinamizar ainda mais a extensão e a pesquisa, agregando comunidades, escolas públicas e discentes dos cursos da instituição.
2013 - Ofertou-se o curso de Ciências Sociais para 2ª Licenciaturas (PARFOR).	Atualmente, há três cursos com turmas abertas: Letras Inglês, Letras Espanhol e Pedagogia (1ª Licenciatura)
2015 – Reabertura do curso de Pedagogia;	Foi-se repensado o Projeto Político Pedagógico, e voltado para as necessidades da microrregião de Codó. Início das aulas do curso de Pedagogia- turma 2015

Desta forma, após diferentes momentos durante sua estruturação o campus Codó tem crescido gradativamente, e atualmente, os discentes contam com oportunidades fundamentais de inserção na vida acadêmica através das bolsas de auxílio às ações de extensão, bolsas de pesquisa e bolsas permanência²⁸.

Com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o campus implantou duas novas graduações, assim possibilitando sua ampliação e o ingresso de indivíduos na Universidade. Assim como no ano de 2015 houve a reabertura do curso de Pedagogia, como supracitado.

4.4 A EXPERIENCIA DAS COTAS

O sistema educacional no Brasil é decorrente da forma como o país se desenvolveu e de escolha políticas. A educação quase sempre esteve associada às populações com maior poder aquisitivo, deixando a margem, a grande maioria que nunca tiveram oportunidades igualitárias de acesso e manutenção da rede de ensino. Este quadro vem sendo revertido aos poucos, porém, mesmo com os esforços adotados pelo Estado para melhorar a

28 Disponível em <http://www.codo.ufma.br/site/?page_id=12> Acesso em 19 de junho, 2018.

Educação Básica, estes ainda são insuficientes. O ensino básico público no Brasil, é visto como sucateado e de qualidade inferior em relação, por exemplo, as instituições de ensino básico privadas, enquanto o Ensino Superior público é referência em qualidade de ensino²⁹.

A expansão do Ensino Superior se deu gradativamente e, contaram com importantes Políticas públicas para sua ampliação, como foi supracitado, importantes programas como o ProUni, que buscava inserir alunos de baixa renda com bolsas em universidades de âmbito privado, e o REUNI, que foi responsável pela criação de novas instituições de ensino federal, ou expandindo as já existentes até os interior dos Estados.³⁰

Na tentativa de democratizar o acesso de alunos oriundos de escolas públicas e negros – grupos que tem suas especificidades – é que surge a *Lei Nº 12.711/2012*, mais conhecida como *Lei das Cotas*³¹, que tem como objetivo promover o acesso às instituições públicas para os grupos supracitados, ou de alguma forma excluídos. De acordo com o Art. 1º da Lei,

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. E no preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (LEI Nº12. 711/2012).

A lei reserva ainda vagas que serão ocupadas – por curso e turno – por indivíduos autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Nesta direção, as políticas públicas e ações afirmativas, aliadas a Lei das Cotas, vêm mudando gradativamente a composição do corpo discente das instituições de ensino superior da rede pública federal e, aos poucos têm inserido as populações antes negligenciadas do acesso ao ensino superior, como os negros e alunos oriundos de escolas públicas.

No entanto, medidas como a política de cotas, entre outras diferentes iniciativas do Estado, têm buscado a inserção destes grupos marginalizados, neste caso, no ensino superior. Vale ressaltar que segundo Silva, Silva e Rosa (2009), no Brasil, existe ainda uma confusão entre o conceito de AAs e Sistema de Cotas:

²⁹ SILVA, SILVA e ROSA, 2009.

³⁰ABREU, Jonas Modesto de; MOURA, Dione Alvares de; BARICHELLO, Silva. Expansão universitária e política de cotas: uma análise do caso da UFG em Catalão. *Sodebras*, v. 11, n. 121, p. 29-35, 2016.

³¹LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em 18 de Junho, de 2018.

[...] as *AAs* podem ser compreendidas como ações públicas ou privadas, ou, ainda, como programas que buscam prover oportunidades ou outros benefícios para pessoas pertencentes a grupos específicos, alvo de discriminação. Tais ações têm como objetivo garantir o acesso a recursos, visando remediar uma situação de desigualdade considerada socialmente indesejável [...] A *instituição de metas* ou *cotas* é um dos recursos de correção ou compensação aos mecanismos de discriminação. (SILVA, SILVA e ROSA 2009)

Desta forma, as AAs configuram-se como mecanismos de promoção de acesso e manutenção nos espaços públicos de educação superior para estudantes de grupos específicos – como negros e alunos oriundos de escolas públicas – que têm sido alvos de discriminação.

No estudo de casos específicos feitos por Silva, Silva e Rosa (2009), ao analisarem os casos particulares das, Universidade de Brasília – UnB – Universidade Federal do Paraná – UFPR – e Universidade Federal de Bahia–UFBA – apontam que em todos os casos apresentou-se um acréscimo substancial da presença da população negra no corpo discente destas instituições, e que no caso da UFBA e da UnB os desempenhos dos alunos cotistas foram equivalentes aos demais alunos. O que aponta para os bons resultados que as cotas têm trazido, apesar do número de alunos negros presente nas universidades, ainda ser pouco representativo frente aos demais grupos presentes.

No entanto, esta política tem sido motivo de controvérsias entre a sociedade brasileira, apesar da comprovação contrária, existem argumentos que perpetuam negativamente as cotas como um instrumento negativo, argumentos que dizem respeito ao rendimento acadêmico destes alunos que passam a fazer partes dos espaços acadêmicos por meio do sistema de cotas, mas como sabe-se isto não é verdade, como mostram as análises feitas por Silva, Silva e Rosa (2009).

Na busca pela democratização do acesso de grupos específicos as Universidades, as cotas juntamente a outras AAs tem sido de fundamental importância e que tem gerado mudanças acentuadas em quase todas as universidades. Como corrobora Silva, Silva e Rosa (2009) apesar dos avanços, os resultados ainda são quantitativamente pouco expressivos frente ao contingente de jovens negros no país. Em 2007 como apontam os autores, as instituições públicas representarem menos de 12% das vagas oferecidas para os cursos presenciais na educação superior, mas vale ressaltar que a experiência das cotas representa uma importante conquista, que tem rumado para “desracialização” da elite estudantil brasileira.

4.5 CODÓ E O INGRESSO DE JOVENS NEGROS NA UFMA/CODÓ

A pesquisa foi realizada junto aos estudantes da UFMA/CODÓ, a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, contendo oito questões, o qual foi aplicado aos discentes matriculados regularmente na Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, dos três cursos presenciais regulares do campus. Após a elaboração do questionário, a aplicação do mesmo aconteceu nas turmas dos 3 cursos supracitados, de diferentes anos de ingresso, a resposta ao questionários se deu de forma voluntária. Do universo dos questionários distribuídos tivemos 100 (cem) questionários respondidos, que constituíram o corpo de análise desta pesquisa.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa e considerando o sigilo e o anonimato dos sujeitos que responderam ao questionário serão designados por “sujeitos” com numeração de 1 à 100.

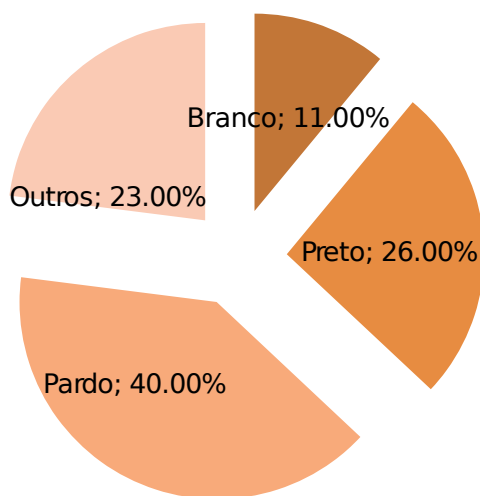
Em relação aos participantes distribuídos pelos curso, temos: 41% dos entrevistados foram discentes do curso de Pedagogia, 30% do curso de Ciências Humanas – História, 16% do curso de Ciências Naturais – Biologia e os 13% restante não declararam seus respectivos cursos.

Outro aspecto a ser considerado foi o método de ingresso na Universidade, segue o quadro que expressa esses dados:

MODO DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE	
POLÍTICA DE COTAS	30%
AMPLA CONCORRÊNCIA	60%
NÃO SE MANIFESTARAM	10%

Como a tabela evidencia a maioria dos entrevistados, ingressaram na universidade por “ampla concorrência”, método que não leva em conta aspectos sociais e raciais para determinar a entrada destes no Ensino Superior. Enquanto, menos da metade, uma parcela significativa dos participantes da pesquisa, ingressam a Universidade por meio do sistema de cotas, ou seja 30% do total e, 10% não se manifestaram quanto à forma de ingresso. Desta forma podemos notar o quanto a utilização da política de cotas para o ingresso ainda é pequena, considerando que boa parte dos participantes se auto-declarou preto ou pardo. Ou seja, conforme o gráfico de auto-declaração de cor, temos:

auto declaração de cor



Como o gráfico mostra, que a maioria dos participantes desta pesquisas foram pessoas autodeclaradas pardos, com uma taxa significativa de quase metade dos entrevistados, equivalente a 40% do total, seguidos pelos autodeclarados pretos, que representam 26%. Se somados, estes fazem parte de mais da metade das pessoas que responderam ao questionário, equivalente ao percentual de 66%. Enquanto pessoas autodeclaradas como brancos e outros (não especificados), equivalem a um percentual de 44%.

Apresentamos na sequencia o quadro de cotistas e não cotistas, distribuídos por idade e gênero:

	COTISTAS		NÃO COTISTAS		
IDADE	HO MEM	MU LHER	HO MEM	MU LHER	TO TAL
17 A 25	04	16	13	30	63
26 A 30	01	04	05	04	14
31 OU MAIS	---	---	---	06	06
NÃO RESPONDERAM	01	01	02	05	09
08 pessoas não declararam sexo ou forma de ingresso.					

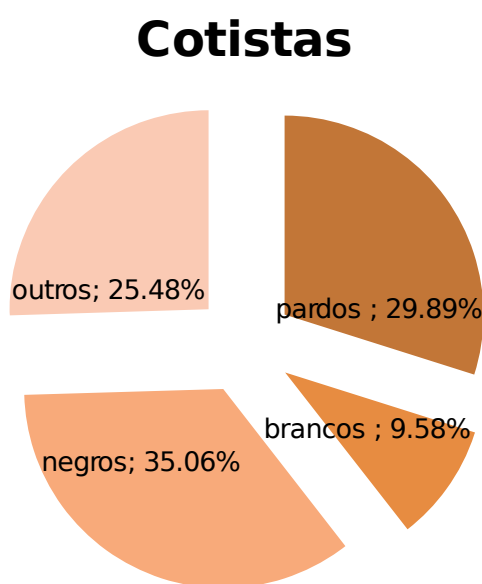
Entre os sujeitos participantes da pesquisa tivemos mais da metade respondidos por pessoas do sexo feminino, com uma porcentagem equivalente a 73% do total, e 27% do sexo masculino. Estes dados se aproximam do dados do IBGE (2010), a saber, que as mulheres apresentam aumento significativo de acesso ao ensino superior, ou seja, dados revelam que as mulheres têm se instruído mais que os homens.

A maioria dos discentes participantes desta pesquisa pertencem à faixa etária de 18 a 25 anos, somando mais da metade dos participantes, equivalente a um percentual de 63% dos sujeitos. Destes últimos, somente 31% são cotistas. Desta forma, retomando o que já foi dito anteriormente, evidencia-se que apesar de estar inserindo jovens, o sistema de cotas ainda representa uma pequena parcela entre os discentes nas Universidades.

Segundo Piovesan (2005) revela que menos de 2% dos estudantes afro-descendentes estão em universidades públicas ou privadas, tornando estas instituições “territórios brancos”, fazendo com que estes representem espaços de poder, na medida, que o diploma pode ser tido como uma forma de ascensão social. A autora aponta ainda para a adoção de medidas como a

implementação de ações afirmativas em benefício destes grupos, especialmente nas áreas da educação e trabalho e, ressalta a importância de democratização de acesso ao poder para a população negra.³²

Desta forma, algumas medidas como o ProUni, FIES e as cotas, neste caso em particular, têm representado um avanço político para garantir o acesso da população negra, parda e pobre ao ensino superior, mesmo que de forma gradativa. Como apontam os dados do gráfico a seguir:



Estes números evidenciam que a maioria dos ingressantes pelo sistema de cotas na Universidade, em sua maioria são pretos e pardos, representando um percentual de 65% do total. Neste sentido, vale ressaltar que as cotas – raciais e sociais – tem cumprido com seu papel e inserido cada vez mais jovens pretos e pardos nas instituições, como no caso da UFMA Campus VII.

Um dos objetivos deste trabalho foi refletir sobre a percepção dos jovens universitários que participaram da pesquisa. Do questionário aplicado, a primeira questão. Solicitava dados de identificação (respeitando o anonimato do sujeito) e 7 questões dissertativas, as quais versam sobre relações étnicas e educação;

³²PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. 2005.

Uma das questões abordados no instrumento de pesquisa (questionário) diz respeito à relação entre educação e ascensão social. A questão foi pensada a partir da idéia da discriminação racial como meio de desqualificação de determinados grupos – como os negros – na competição por seus direitos básicos, representatividade, e demais aspectos sociais em relação aos grupos que mais se sobressaem – os brancos. De acordo com Hasenbalg e Silva (1999, p. 217-230 apud Silva, 1981 e 1985; Hasenbalg, 1979, 1985 e 1988) a discriminação e preconceito raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor no processo de mobilidade social. As evidências empíricas permitiram caracterizar aos grupos não-brancos como estando sujeitos a um “processo de cumulação de desvantagens” ao longo de suas trajetórias sociais.

No entanto, o *mito da democracia racial*, tem camuflado a exclusão da população negra pelo viés racial e atribuído a fatores como a pobreza. De acordo com as respostas do questionário, para a grande maioria dos sujeitos, entendem que as vantagens e meios para ascensão social estão associadas ao poder aquisitivo e não ao fator racial como determinante. Segundo a fala de um dos entrevistados:

De certa forma a educação viabiliza a ascensão social sim, embora vivenciamos uma política de exclusão social, onde aquele que é filho de uma faxineira não consegue obter grandes espaços no mercado de trabalho. Mas a educação é o único meio para conseguir a tão sonhada melhoria de vida (SUJEITO 85).

O fator racial não foi associado diretamente em nenhuma das respostas encontradas nos questionários, sendo a exclusão social destes grupos atribuídas a fatores econômicos, fator que entendo como perpetuação do mito da democracia racial, que não reconhece o fator racial como condicionante para o pertencimento social, sendo este, sempre atribuído ao fator aquisitivo. No entanto, vale ressaltar, que de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, a população de negros e negras, o que inclui pardos e pretos, compõem 53,6% de toda população brasileira. E como evidenciado, neste trabalho, mesmo sendo maioria, esta população enfrenta diversas desigualdades, no que diz respeito à renda, por exemplo, entre os 10% da população mais pobre do país, 76% são negros e na outra ponta, o 1% mais rico, apenas 17,4% destes são pretos e pardos.

Quanto aos índices do IBGE (2014) na educação, enquanto 22,2% da população branca têm 12 anos de estudos ou mais, a taxa é de 9,4% para a população negra. O índice de analfabetismo para a população negra é de 11,8% - maior que a média de toda população

brasileira (8,7%). Entre os jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam nem trabalhavam, 62,9% são negros e negras. A expansão do ensino no Brasil continua funcionando de forma discriminatória, tendo os pretos e pardos menos oportunidades de treinamento que os brancos, o que reforça a desigualdade da competição antes da entrada no mercado de trabalho³³. Assim, consideramos as seguintes falas dos sujeitos deste trabalho:

Por meio da educação o individuo vai estar mais a frente, e poder se qualificar para o mercado de trabalho que possibilita essa ascensão com salários melhores (Sujeito 32).

Quando uma pessoa passa anos estudando, se preenchendo de conhecimentos positivos, ela estará automaticamente preparada para assumir altos cargos no mercado de trabalho e dessa forma seu “status” social irá se elevar. (Sujeito 21).).

Neste sentido, observamos a forma que a educação (acesso e permanência) vem sendo percebida por boa parte da população, ou seja, que a exclusão da população negra não depende do acesso à ela e, sim às questões econômicas, desprezando as construções históricas acerca da população negra. Sendo o mercado de trabalho a grande forma para ascender socialmente, e evidenciando que a educação é o meio que possibilita o acesso a este.

Halsenbag e Silva(1999, p. 217-230) em análise dos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – de 1996 relativos as faixas de escolaridade a distribuição ocupacional dos não-brancos tende a estar ligeiramente mais concentrada nos estratos ocupacionais mais baixos. Já na categoria de escolaridade mais alta, de 12 anos e mais, a proporção de brancos no grupo ocupacional mais elevado (37,1%) é quase 10% maior que a dos não-brancos. Assim, os autores afirmam que pretos e pardos experimentam uma desvantagem na conversão de sua educação formal em posições ocupacionais, o que pode estar vinculado a processos de discriminação racial no mercado de trabalho.

As perguntas 2 e 3 do questionário dizem respeito à democratização e ao acesso ao ensino superior. Nesta direção, tomemos as respostas dos sujeitos, que entre seus argumentos. Em meio aos argumentos, os mais encontrados foram fatores relacionados ao poder aquisitivo/econômico, estrutura familiar e qualidade no ensino básico, ou seja:

O jovem não acessa o ensino superior por que muitas vezes, essa pessoa precisar trabalhar e por conta disso acabam não cursando o ensino superior. (Sujeito 90).

³³HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. **Cor e estratificação social**, p. 217-230, 1999.

A juventude não consegue acessar o ensino superior na idade certa por falta de uma educação da rede básica de qualidade, pelo distanciamento entre universidade e escola. Um outro fator que contribui para esse agravante é o trabalho, e a estrutura familiar (Sujeito 12).

Boa parte da juventude acaba não ingressando no ensino superior devida as problemáticas encontradas ao longo de toda a educação básica, que acaba não propiciando uma boa qualidade de ensino e sua continuidade (Sujeito 06).

A falta de oportunidade ocasiona isso, e outros muitos fatores. A nossa realidade na maioria é estudar ou trabalhar, muitas vezes trabalhar de maneira informal (Sujeito 87);

Desta forma, fica evidente que, candidatos que concorrem às vagas nas universidades, oriundos de grupos sociais mais desfavorecidos, chegam em menor número na universidade, bem como, não acessam os cursos culturalmente mais prestigiados, podendo influenciar na escolha e carreira profissional. E, muitas vezes, estes jovens apresentam defasagem em sua formação, que em certa medida impacta a sua classificação e, portanto, a escolha do curso³⁴.

Segundo Bento e Beghin (2005) quando analisados os dados referentes às condições de vida dos jovens negros, deve-se levar em conta as manifestações da discriminação racial que os atinge em diferentes espaços. Seja no ambiente escolar, que gera a evasão ou torna a trajetória educacional mais acidentada; seja, a grande dificuldade de inserção qualificada no mercado de trabalho. Ou seja, os problemas se estendem para além do fator econômico, e tornam estes sujeitos suscetíveis a enfrentar estes percalços em decorrência de sua cor de pele.

Silva, Silva e Rosa (2009) afirmam que as juventudes no Brasil, sobretudo a juventude negra, enfrentam um conjunto de problemas que acabam limitando seu acesso as oportunidades sociais, fato evidenciado na questão de jovens negros estarem representados como aqueles que não trabalham nem estudam. E, ainda, a sua inserção no mercado de trabalho, estar caracterizada por uma evidente precarização.

Para estes pesquisadores a iniciativa de promover o acesso de jovens negros e negras no ensino superior, tendo ampliado a política de democratização da Educação brasileira. A partir das análises dos questionários ficou evidente que os jovens consideram que democratizar a educação implica em ofertar oportunidades iguais, independente de cor ou de classe, entre outros fatores, conforme este relato:

³⁴ALMEIDA, Leandro et al. **Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 17, n. 3, 2012.

Democratização do ensino superior diz respeito a representações, dentro da universidade, de pessoas de diversas classes sociais, diferentes raças, assim como é a população brasileira (Sujeito 61).

A política de cotas tem assegurado a inserção de populações étnicas (como negros e indígenas) e de populações de baixa renda no ensino superior. Esta situação tem contribuído para o combate das desigualdades raciais, e na ampliação de oportunidades sociais.

Vale ressaltar, como afirmam Silva, Silva e Rosa (2009) que a adoção de políticas de ações afirmativas, sejam na forma de cotas, seja pelo ProUni, advém de uma demanda histórica pela democratização do acesso à educação e a construção de uma sociedade mais equitativa, tanto em termos socioeconômicos quanto da diversidade racial.

Vários são os argumentos que positivam as políticas de cotas, assim como aqueles contrários a elas. Santos (2006) apud Silva, Silva e Rosa (2009) afirmam que tanto as causas como a solução para ausência de alunos negros e alunos oriundos de escolas públicas nas instituições de ensino superior são externas a elas, sendo essa ausência explicada pela deteriorização do ensino público médio e fundamental. Esta compreensão tem servido de argumento para fundamentar as posições contrárias à política de cotas.

Neste sentido, a adoção de uma política que alterasse o funcionamento das instituições de ensino superior, atacaria o princípio da autonomia universitária, ferindo ainda o princípio do mérito, resultante da eventual promoção de alunos marcados por um conjunto de incapacidades. Veremos a seguir as falas de alguns dos entrevistados. Tomamos a princípio a fala dos que discordam da política de cotas:

Eu não concordo com o sistema de cotas. Não porque acho que o racismo seja inexistente, mas por achar que essas ações não resolvem o problema. Uma das questões é que a sociedade brasileira é totalmente mista, de forma que quase não é possível a aplicação segura desse sistema (Sujeito 20).

Vejo isso de forma negativa, pois se fala muito sobre igualdade, porém existem cotas para o negro entrar na universidade, se essa igualdade existisse mesmo todos tínhamos os mesmos direitos (Sujeito 23).

Eu percebo como uma forma, por uma parte preconceituosa vinda do governo, como se os negros não fossem capazes de integrar o ensino superior, caso as cotas não existissem, todas as pessoas iriam dedicar-se para ingressar em uma boa universidade (Sujeito 16).

Como evidenciado pelas falas contrárias ao sistema de cotas, estas baseiam-se em argumentos que dizem respeito a não efetivação de uma fiscalização efetiva para a atribuição

da condição étnica, o que fragiliza o sistema. E, ainda, que com a adoção deste sistema, conseqüentemente haveria uma divisão entre os grupos étnicos.

Outro ponto posto em questão é em relação a “capacidade” desses alunos cotistas. Silva, Silva e Rosa (2009) apontam para os debates que vêm ocorrendo em nível nacional sobre o desempenho de alunos cotistas, que sugerem que adoção desta política afeta de forma direta a qualidade do ensino, no entanto, sabe-se que com o desenvolvimento das diversas experiências, esse receio fosse superado, na medida que alunos cotistas negros e de escola pública não apresentaram um diferencial significativo em relação aos demais, evidenciando que as ações afirmativas não eliminam o mérito e muito comprometem a qualidade do ensino.

Em contraponto, às discordâncias, apresentamos falas favoráveis à política de cotas, dentre elas destacamos:

As ações afirmativas são uma ferramenta muito benéfica, pois auxiliam aqueles que por vários fatores, não tiveram as mesmas condições que os demais indivíduos, que não estão inserido no contexto da maioria das pessoas negras (Sujeito 8);

O acesso ao ensino superior ainda é mínimo, podemos perceber isso na nossa universidade, numa cidade com população majoritariamente negra, não vemos muitos alunos negros na universidade, ainda percebo este, como um processo de exclusão (Sujeito 78);

Acho uma boa alternativa, pois nem todos os jovens negros tem a possibilidade de ter um ensino médio e fundamental de qualidade, para disputar com um branco, filho de alguém rico, que estudou a vida toda em escola particular, onde sempre usufruiu de melhores oportunidades (Sujeito 90).

A adoção de medidas, como as ações afirmativas, tem representado importantes passos para a democratização do acesso ao ensino superior e frente à inserção de grupos menos expressivos dentro destes espaços e que têm menos oportunidades sociais. Estas ações incrementam de forma expressiva a presença destes grupos nos segmentos do corpo discente e promovem a redução da desigualdade racial nas instituições.

Bento e Beghin (2005) afirmam que para que acontecesse uma alteração no quadro de exclusão dos jovens negros, frente às freqüentes discriminações disseminadas historicamente, exigiria que o país dispusesse de políticas específicas para a juventude com um corte racial, o que representaria o reconhecimento da existência de um grave quadro de reprodução do racismo e um sinal de que a sociedade quer alterá-lo. Neste sentido, é que as políticas públicas

para promoção da igualdade racial foram se concretizando, com os intensos debates acerca das desigualdades sofridas por essas populações.

As adversidades enfrentadas por jovens negros em relação a educação, são as mais diversas, e é expressa nos discursos dos entrevistados:

Percebe-se que o racismo é grande principalmente nas escolas, pois os negros acabam não tendo um ensino de qualidade e acabam desistindo. Tanto em relação a educação como ao emprego o negro é marginalizado, no ensino superior, quando entram pra uma graduação raramente conseguem cursos de alta patente como o curso de medicina, assim como os empregos sempre são os serviços braçais e mais pesados .(Sujeito 40).

Notadamente os jovens negros são atravessados por percalços durante suas trajetórias educacionais ou profissionais. Neste sentido, tomemos outras falas dos sujeitos desta pesquisa:

O racismo existe no Brasil e com uma força tremenda, na maioria das vezes camuflado. Quantos jovens negros já foram mortos pelo simples fato de serem negros. Quanto às diferenças de oportunidades, basta olhar para os altos cargos, para os cursos universitários com status elevado, podemos perceber que a minoria dessas cadeiras são ocupadas por negros (Sujeito 56);

O racismo está presente nas mais diversas relações, e os negros têm sido marginalizados no mercado de trabalho, pois ainda é notável a diferença dos cargos ocupados pelos negros, ou até no acesso a educação, podemos notar isso na nossa própria universidade, numa cidade onde maioria da população é negra, na universidade não percebo a presença de uma maioria negra (Sujeito 43);

Em relação a ocupação dos entrevistados, segue o quadro, referente a ocupação de acordo com autodeclaração de cor:

	BRANCOS	PRETOS	PARDOS	OUTROS
TRABALHO FORMAL	---	05	03	02
TRABALHO INFORMAL	03	06	10	06
OUTROS	04	11	15	11
NÃO DECLARARAM	03	06	09	06

Como mostra o quadro, uma minoria branca tem uma ocupação, na medida que estes, podem dedicar-se somente a graduação. Enquanto 24 pretos e pardos, representam a maioria divididos com ocupações formais ou informais. Cabe registrar que o questionário não explorou com maior acuidade a questão do trabalho e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado de um processo histórico, os negros têm sido excluídos e postos em condições de subalternidade; aos brancos sempre atribuiu-se locais de poder e privilégios. Buscando romper com este paradigma é que foram sendo construídas paulatinamente as políticas públicas e as ações para a promoção da igualdade racial.

O termo *juventudes*, que aqui foi explanado, expressa a pluralidade e especificidades em cada grupo jovem. A Juventude negra apresenta características que são próprias e, portanto, demandam ações e políticas específicas, especialmente face ao processo de exclusão que a população negra tem vivenciado ao longo da história de nosso país. Neste sentido, a política de cotas tem sido um importante mecanismo de entrada de jovens negros e negras nas universidades.

Nos interessou, nesse estudo, considerar as percepções de jovens que estão inseridos de forma direta ou indireta dentro do espaço estudado (a universidade), que por se tratarem de jovens diferenciados (estudantes) apresentam suas próprias opiniões sobre os esforços que a política de cotas tem representado para inserir as populações negras no ensino superior.

A partir desta pesquisa, podemos refletir como o espaço universitário codoense é percebido pelos jovens cotistas ou não cotistas. O quanto essa juventude mostra uma certa resistência em relação à adoção da política de cotas e, como esta parece ser algo que “vem para dividir e não para somar”. Apesar dos argumentos positivos aferidos nos questionários em relação a esta política, poucos foram os jovens entrevistados que optaram pela política de cotas como via de ingresso na UFMA/Codó, apesar da grande maioria terem se auto-declarados pretos e pardos.

No entanto, como sabemos, esta política tem possibilitado que jovens negros/as e pobres acessem os espaços antes tidos, como espaços exclusivos para brancos. Como aluno egresso da instituição, percebo o quanto a política de cotas é percebida de forma negativa por boa parte dos estudantes universitários/as. E, ainda, a perspectiva negativa que se tem sobre a população negra. Mas, vale ressaltar que este é um esforço válido e que tem sim inserido e mudado a realidade de uma parcela da juventude negra codoense.

As reflexões evidenciadas neste trabalho, apontam para a importância e a relevância das políticas públicas e das ações afirmativas para garantir a inserção da juventude negra no

ensino superior. E, ainda, elas contribuem para que jovens negros e negras possam acessar o mundo do trabalho com maior qualificação profissional e, ainda, romper com a sulbaternidade e a discriminação as quais a população negra foi historicamente submetida, política, social cultural e educacionalmente em nosso país.

Os bons resultados que as políticas públicas e ações afirmativas têm ocasionado, abrem precedentes para que novas políticas sejam pensadas e ampliadas, como por exemplo uma política voltada à inserção da juventude no mercado de trabalho, que é mais um dos locais onde os jovens negros e negras tem dificuldades para acessar.

Desta forma este estudo, se mostra de suma importância para avaliar o modo como estas políticas tem sido efetivadas. Na medida em que as juventudes, apresentam-se como segmentos sociais diferenciados, carentes de políticas nos mais diversos espaços, sejam eles sociais, profissionais ou educacionais. E, como, se sabe, com o constante processo de mudança do cenário social e político, tem-se a necessidade de que novos estudos sempre sejam realizados na premissa de construir uma sociedade equitativa e igualitária, especialmente para a população negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jonas Modesto de; MOURA, Dione Alvares de; BARICHELLO, Silva. Expansão universitária e política de cotas: uma análise do caso da UFG em Catalão. **Sodebras**, v. 11, n. 121, p. 29-35, 2016.

ALMEIDA, Leandro et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 17, n. 3, 2012.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. Políticas Educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortes, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise do conteúdo. Lisboa: Edições 70. 1977.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. 2005.

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

DA SILVA, Josielle Soares; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do programa na UFRN. **HOLOS**, v. 6, p. 206-224, 2014.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Análise de conteúdo. Brasília: Líber Livro, 2 ed. 2007.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 1, 2010.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. **Cor e estratificação social**, p. 217-230, 1999.

http://www.codo.ufma.br/site/?page_id=12> Acesso em 19 de junho, 2018.

IBGE, Censo Demográfico 2010.

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>
Acesso em 18 de Junho, de 2018.

MINAYO, M.C.de S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. UNESCO, 2005.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. 2005.

SANTOS FILHO. José Camilo; GAMBOA. Sílvio Sanches, Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. São Paulo: Cortez, 6. ed. 2007.

KISTEMACHER, Dilmar. Políticas Educacionais E Juventude: Um Estudo Sobre Experiências Juvenis. **Pesquisa Em Foco**, v. 21, n. 2, 2017.

MACHADO, Vitor. O conceito de juventude: Uma abordagem cultural dessa fase da vida. *Dilemas e contestações das juventudes: No Brasil e no mundo*, 2011, 31-74

SILVA, Adailton da; SILVA, Josenilton da; ROSA, Waldemir. Juventude negra e educação superior. **Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA**, 2009.

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países emergentes**; tradução de Sérgio Duarte. – Brasília: FUNAG, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.[online]**, n. 24, p. 16-39, 2003.

Schwarcz, Lilia Moritz. "O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil." *São Paulo: Companhia das Letras* (1993): 99-133.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. Publifolha, 2001.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Rev. Bras. Educ.[online]**, n. 24, p. 16-39, 2003.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O movimento negro e a luta pelas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**. Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, v. 1, n. 1, 2018.

. CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

DE SOUZA MORAIS, Danilo; RAMOS, Paulo César. Juventude negra na construção democrática brasileira do século XXI. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 5, n. 9, p. 107-125, 2013.

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

Campus VII – Codó/MA

Curso: Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Título: Políticas Públicas e Ações afirmativas para o ingresso de jovens negros na UFMA
Campus VII/ Codó

Autor: Hamilton Ferreira de Sousa Neto

Orientador: Prof. Dr. Dilmar Kistemacher

Período: 2018.1

Questionário

Idade:	Curso:
Sexo:	Forma de Ingresso na UFMA:
Masculino()	() Política de Cotas () Ampla concorrência ()
Feminino ()	Outro
Autodeclaração de cor: ()branco ()negro ()índio ()pardo ()	
Ocupação (renda)	
() Trabalho formal (CTPS)	() Trabalho informal ()
Outros	

1. Na sua percepção a educação viabiliza a ascensão social?

2. Em sua opinião, por que uma parte significativa da juventude brasileira não acessa o ensino superior?

3. O que você entende por democratização do ensino superior no Brasil?

4. Como você percebe as políticas públicas e as ações afirmativas para o ingresso de jovens negros/as no Ensino Superior?

5. Qual sua percepção sobre o racismo no Brasil?

6. Você nota alguma diferença entre as oportunidades sociais (educação, emprego, etc.) para jovens negros/as e dos demais jovens no Brasil?

7. Você gostaria de dizer algo sobre juventude, educação e raça/etnia?
